

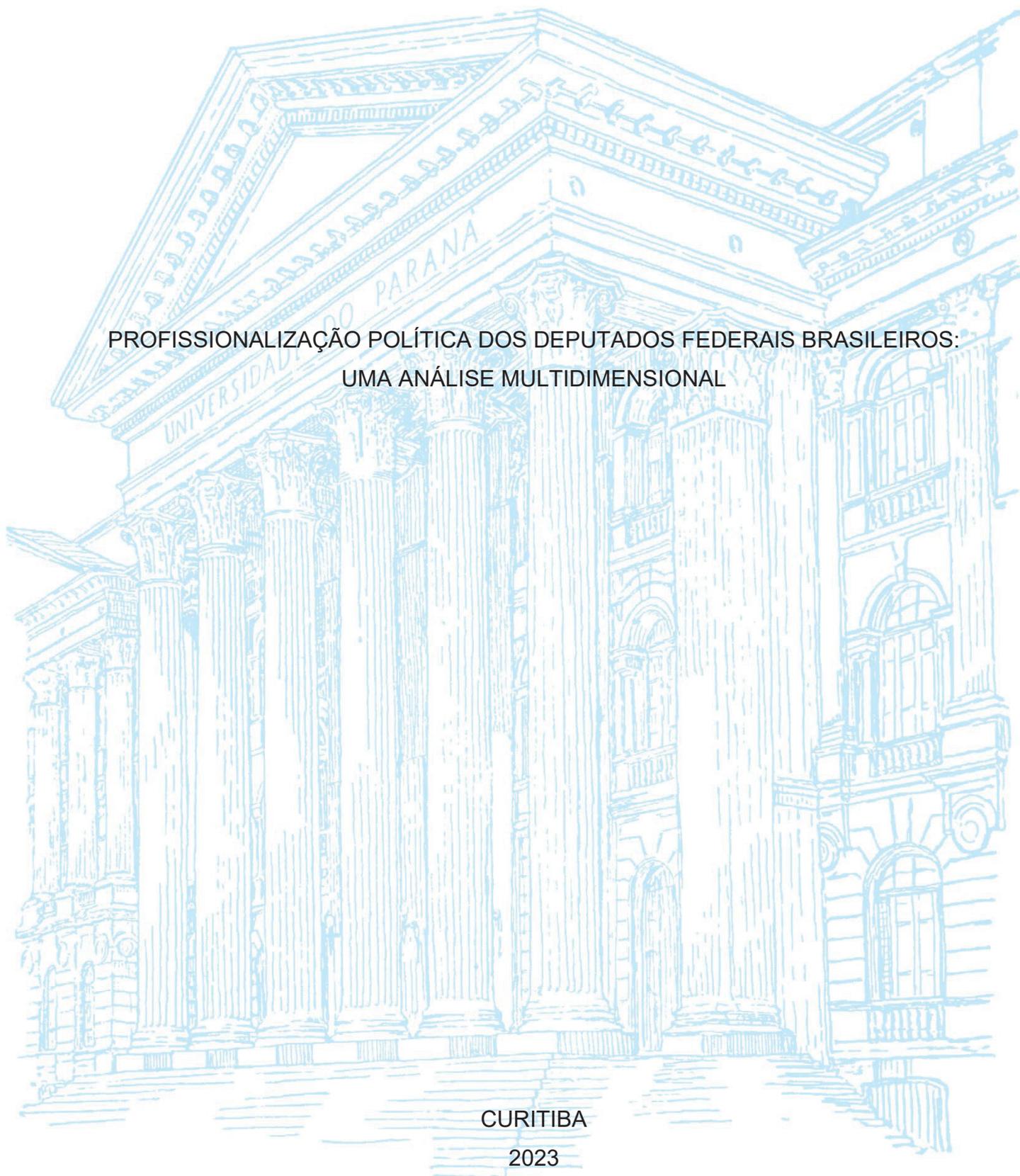
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRYELA DOS SANTOS GABRIEL

PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DOS DEPUTADOS FEDERAIS BRASILEIROS:
UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

CURITIBA

2023



GABRYELA DOS SANTOS GABRIEL

PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA DOS DEPUTADOS FEDERAIS BRASILEIROS:
UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná como requisito à obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato

Curitiba

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Gabriel, Gabryela dos Santos

Profissionalização política dos deputados federais brasileiros :
uma análise multidimensional. / Gabryela dos Santos Gabriel. –
Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor
de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato.

1. Deputados Federais - Brasil. 2. Elites (Ciências sociais).
3. Candidatos políticos – Brasil. 4. Ciência Política – Brasil. I. Codato,
Adriano Nervo, 1965-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa
de Pós-Graduação Mestrado em Ciência Política. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **GABRYELA DOS SANTOS GABRIEL** intitulada: **Profissionalização política dos deputados federais brasileiros: uma análise multidimensional**, sob orientação do Prof. Dr. ADRIANO NERVO CODATO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 03 de Março de 2023.

Assinatura Eletrônica

06/03/2023 16:27:38.0

ADRIANO NERVO CODATO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

06/03/2023 15:27:21.0

FABIANO GUILHERME MENDES SANTOS

Avaliador Externo (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica

03/03/2023 18:02:12.0

JAQUELINE PORTO ZULINI

Avaliador Externo (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS)

AGRADECIMENTOS

Escrever meus agradecimentos não é uma tarefa fácil, pois me obriga a sintetizar meu carinho e minha gratidão a todas as pessoas que contribuíram para que eu chegasse até esse momento. Como não poderia ser diferente, eu gostaria de agradecer primeiramente a Deus e à minha família. Sou grata por essa base, sem a qual eu não teria tido forças para seguir nos momentos mais difíceis.

Lanna, minha companheira de vida, que topou a aventura de mudar de Fortaleza para Curitiba e desde então tem sido meu riso, minha calma e minha força nos momentos difíceis. Te agradeço por isso, mas não só. Obrigada por não me deixar desistir dos meus objetivos, por sempre me incentivar e me lembrar de valorizar cada pequena conquista.

Agradeço à minha mãe, Cleide, minha irmã, Grazy, e meus pais, Gabriel e Ciano. Vocês foram e têm sido sempre minha base, me fazem muita falta. Meus pais, especialmente a minha mãe, confiaram a mim não somente a oportunidade de estudar, mas de valorizar essa experiência e usá-la como degrau para alcançar lugares que nossa família nunca havia alcançado. Minha irmã, te agradeço por todos os incentivos, por estar sempre atenta e por cuidar de mim mesmo estando longe. Ao meu cunhado, Matt, agradeço por cuidar de você e por nos passar a confiança de que você está bem, mesmo distante.

Sou grata também aos meus companheirinhos, Calixto, Cora e Luiz. Eles que estão sempre grudados, por perto, inclusive agora enquanto escrevo. Às vezes dormindo, outras vezes dormindo também, rs... mas sempre transmitindo muito amor e muita paz. Afinal, quem resiste ao carinho de gatinhos?

Além do meu ciclo familiar, meus primeiros agradecimentos não poderiam ser destinados a outra pessoa que não fosse o meu orientador, Adriano Codato. Obrigada Adriano pelo empenho, pelo suporte e pela confiança. Desde o início você foi presente no meu desenvolvimento enquanto pesquisadora, mas também foi ponte para diversas oportunidades de me manter financeiramente, principalmente no primeiro ano em que eu não fui bolsista. Sem dúvidas, essas e muitas outras atitudes me mostraram que essa não seria uma trajetória solitária.

Por falar em trajetória, muitas outras pessoas se fizeram presentes nos últimos anos. Algumas delas possuem influência direta no produto final desta dissertação. Deixo aqui os meus agradecimentos ao Nilton Sainz. Obrigada pela amizade, apoio e por dedicar seu tempo (inclusive no Natal e carnaval) para discutir o desenho, os resultados, rodar testes e também pela parceria nos demais trabalhos que fizemos juntos. Agradeço também ao Renan Arnon e a Mari Lorencetti que foram fundamentais para o desenvolvimento teórico e metodológico da pesquisa.

Além da esperança de um título que a flamenguista que existe em mim ainda não possui, o mestrado me proporcionou grandes amigos e eu não poderia deixar de agradecê-los por tornar essa caminhada mais leve. Rodrigo Silva, meu oposto, mas um presente. Dentro e fora da academia, é muito bom saber que posso compartilhar com você minhas alegrias e angústias. Te agradeço pela sensibilidade, pelas risadas e pela presença constante.

Ainda, a minha experiência com o mestrado não teria sido a mesma se eu não tivesse a companhia constante de amigas de fora do programa. Obrigada Gabriela Koentopp e Cami Barbosa pelos jantares, pelas risadas, pelas viagens, pelo futebol e pelo samba do final de semana (às vezes ao longo da semana também). Sem dúvidas esses momentos foram essenciais para que eu pudesse encontrar o tão desejado equilíbrio entre a vida acadêmica, profissional e pessoal. Amo saber que tenho a amizade de vocês.

Sou grata também pela melhor turma que o PPGCP UFPR poderia ter aprovado em 2021.1. Obrigada Amanda Sangalli, Dayane Saleh, Pedro Bergamaschi, Marta Pontes, Paula Portela, Pedro Beff, Alex Gruba e demais amigos pelos nossos *happy hours* on-line durante a pandemia e pelos presenciais que, sem dúvidas, foram muito melhores. Agradeço muito pela amizade de vocês, pelas parcerias nas pesquisas e pela chance de seguir no doutorado com a maioria de vocês.

Gostaria de agradecer a algumas pessoas que fizeram parte do processo seletivo, com quem trabalhei junto, escrevi em coautoria etc. Deixo meus agradecimentos a Rhay, ao Pimenta, Perich, Roberta Picussa, Ana Quele e outros colegas que fizeram parte dessa caminhada, mas que não caberiam em apenas duas páginas.

RESUMO

A elite política tem se tornado um grupo cada vez mais seletivo, pois uma vez que os parlamentares são recrutados eles tendem a se profissionalizar e permanecer no poder. A profissionalização política, no entanto, divide opiniões. Ora a presença de políticos profissionais nos parlamentos é vista como positiva para a governabilidade, ora eles são considerados pessoas ambiciosas, que buscam apenas por interesses pessoais. No entanto, é impossível julgar se ser um político profissional é algo bom ou ruim sem saber primeiramente quão profissionais são esses indivíduos. O foco desta pesquisa está na mensuração da profissionalização dos deputados federais brasileiros, a partir de uma abordagem multidimensional. A pergunta que guia esta pesquisa é “em que medida uma possível distinção política está relacionada à profissionalização política dos deputados federais brasileiros?”. Distinção política aqui é um indicador de *status* dentro da Câmara dos Deputados, que será interpretado pelo recebimento ou não do prêmio dos “Cabeças” do Congresso distribuído anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). A profissionalização política foi delimitada através da reprodução de um índice composto por quatro dimensões: comprometimento com a política, *background* profissional, experiência de vida e ambição política. Após a aplicação do índice a todos os parlamentares, apliquei os testes de comparação de médias, *Mann-Whitney* e T de *Student*, para testar a hipótese de que “os ‘Cabeças’ do Congresso possuem maior índice de profissionalização política do que os não premiados pelo DIAP”. Os resultados desta pesquisa indicam que, embora haja uma diferença estatisticamente significativa a favor dos “Cabeças” do Congresso apenas em duas dimensões analisadas, os premiados pelo DIAP são mais profissionais do que os não premiados quando comparados pelo resultado final do índice. Portanto, é possível afirmar que o modelo é consistente, capaz de capturar a distância entre os parlamentares premiados e não premiados pelo DIAP e que possuir uma distinção na política é um indicativo de alta profissionalização. O uso de um modelo multidimensional se prova importante por não se tratar de definir quem é ou não um político profissional, mas de medir quão profissional é o político. Um bom exemplo disso é a força das dimensões do comprometimento com a atividade política e da experiência de vida no grau de profissionalização dos “Cabeças” do Congresso.

Palavras-chave: profissionalização política. índice. carreira política. deputados federais.

ABSTRACT

The political elite has become an increasingly select group, because once parliamentarians are recruited, they tend to become professionalized and remain in power. Political professionalization, however, divides opinions. Sometimes the presence of professional politicians in parliaments is seen as positive for governability, and sometimes not, because they are seen as ambitious people who pursue only personal interests. However, it is impossible to judge whether being a professional politician is good or bad without first knowing how professional these individuals are. The focus of this research is on measuring the professionalization of Brazilian federal deputies, from a multidimensional approach. The question that guides this research is "to what extent is a possible political distinction related to the political professionalization of Brazilian federal deputies?" Political distinction is defined as an indicator of status within the Chamber of Deputies, which will be interpreted by the reception or not of the award of the "Heads" of Congress distributed annually by the Intersyndical Department of Parliamentary Assistance (DIAP). Political professionalization was delimited by reproducing an index composed of four dimensions: commitment to politics, professional *background*, life experience, and political ambition. After the application of the index to all parliamentarians, I applied the Mann-Whitney and Student's T-test to check the hypothesis that "the 'Heads' of Congress have a higher index of political professionalism than those not awarded by DIAP". The results of this research indicate that, although there is a statistically significant difference in favor of the 'Heads' of Congress in only two dimensions analyzed, the DIAP awardees are more professional than the non-awardees when compared by the final index score. Therefore, it is possible to state that the model is consistent, capable of capturing the distance between DIAP-awarded and non-awarded parliamentarians, and that having a distinction in politics is an indication of high professionalism. The use of a multidimensional model proves important because it is not a matter of defining who is or is not a professional politician, but of measuring how professional the politician is. A good example of this is the strength of the dimensions of commitment to political activity and life experience in the degree of professionalization of the "Heads" of Congress.

Keywords: political professionalization. index. political career. federal deputies.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Divisão da literatura sobre formas de mensurar profissionalização política	19
QUADRO 2 – Modelo para mensurar um político de carreira de Allen <i>et al.</i> (2020)..	30
QUADRO 3 – Modelo para mensurar o grau de profissionalismo político adaptado de Allen <i>et al.</i> (2020).....	34
QUADRO 4 – Definições das categorias do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).....	44

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Curto <i>background</i> ocupacional: carreira pré-parlamentar	80
ANEXO 2 – Descritivo da dimensão de ambição política dos premiados e não premiados	81
ANEXO 3 – Histograma da distribuição dos parlamentares ao longo do índice de profissionalização política.....	82
ANEXO 4 – Histograma da distribuição dos parlamentares na dimensão de comprometimento com a atividade política	82
ANEXO 5 – Histograma da distribuição dos parlamentares na dimensão de background profissional.....	83
ANEXO 6 – Histograma da distribuição dos parlamentares na dimensão da experiência de vida.....	83
ANEXO 7 – Histograma da distribuição dos parlamentares na dimensão da ambição política	84
ANEXO 8 – Comparação entre a profissionalização de não premiados e premiados na dimensão de comprometimento.....	84
ANEXO 9 – Comparação entre a profissionalização de não premiados e premiados na dimensão de background profissional	85
ANEXO 10 – Comparação entre a profissionalização de não premiados e premiados na dimensão da experiência de vida	85
ANEXO 11 – Comparação entre a profissionalização de não premiados e premiados na dimensão da ambição política.....	86
ANEXO 12 - Comparação entre a profissionalização política de não premiados e premiados com recorte de gênero (masculino e feminino).....	86
ANEXO 13 - Comparação entre a profissionalização política de não premiados e premiados com recorte de cor (branca, parda e preta).....	87
ANEXO 14 - Comparação entre a profissionalização política de não premiados e premiados com recorte de ideologia partidária (extrema-direita, direita, centro-direita, centro, centro-esquerda, esquerda, extrema-esquerda).....	88
Anexo 15 - Lista das profissões e partido político dos deputados federais premiados e não premiados pelo DIAP	89

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Taxa de renovação parlamentar da Câmara dos Deputados ao longo das dez últimas legislaturas	46
Gráfico 2 – Número de casos por faixas de duração em anos na Câmara dos Deputados entre os grupos de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP	47
GRÁFICO 3 – Comparação da frequência das faixas de intensidade de trabalho na Câmara dos Deputados entre os grupos de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP.....	48
GRÁFICO 4 – Número de casos da disposição para a política das ocupações entre os grupos de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP	51
GRÁFICO 5 – Número de casos das faixas de tempo em anos que os deputados federais passaram fora da política entre os grupos de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP.....	52
GRÁFICO 6 – Comparação das faixas de idade de entrada na Câmara dos Deputados entre os grupos de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP	54
GRÁFICO 7 – Comparação das escolhas de carreira dos deputados federais por grupo de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP nos anos de 2016, 2018, 2020 e 2022	59
GRÁFICO 8. Número de casos de deputados federais eleitos por grupo de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP nos anos de 2016, 2018, 2020 e 2022.....	60
GRÁFICO 9 – <i>Boxplot</i> do índice geral de profissionalização política para ambos os grupos (premiado e não premiados pelo DIAP)	61
GRÁFICO 10 – Comparação do índice de profissionalização política entre o grupo de tratamento (premiados DIAP) e controle (não premiados DIAP).....	63
GRÁFICO 11 – Comparação do índice de profissionalização política por dimensão de análise entre o grupo de premiados DIAP e não premiados	66

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Pontuação da intensidade de trabalho.....	35
TABELA 2 – Pontuação das escolhas de carreira	38
TABELA 3 – Pontuações atribuídas ao sucesso eleitoral.....	39
TABELA 4 – Descritivo da dimensão do comprometimento.....	45
TABELA 5 – Descritivo da dimensão do background profissional.....	50
TABELA 6 – Descritivo da dimensão de experiência de vida	54
TABELA 7 – Descritivo da dimensão de ambição política.....	58
TABELA 8 – Estatísticas descritivas do índice geral de profissionalização política ...	62
TABELA 9 – Comparação das estatísticas dos grupos e resultados do teste T de Student	62
TABELA 10 – Comparação entre a profissionalização de não premiados e premiados pelo DIAP por cada dimensão de análise.....	64

SUMÁRIO

Introdução	13
1. O estado da arte sobre a profissionalização política.....	19
1.1. <i>Profissionalização política centrada nas instituições</i>	20
1.2. <i>Profissionalização política centrada nos agentes</i>	23
1.3. <i>O modelo de mensuração de Allen, Magni, Searing e Warncke (2020)</i>	29
2. Materiais e métodos.....	33
2.1. <i>Materiais</i>	33
2.2. <i>Métodos</i>	39
2.3 <i>Crítérios de seleção dos “Cabeças” do Congresso (grupo de tratamento)</i>	41
3. Resultados descritivos	45
3.1 <i>Comprometimento com a atividade política</i>	45
3.2. <i>Background profissional</i>	48
3.3. <i>Experiência de vida</i>	52
3.4. <i>Ambição política</i>	55
4. Índice de profissionalização política.....	61
5. Discussão.....	68
Conclusões.....	74
REFERÊNCIAS.....	75
OUTRAS FONTES.....	79
ANEXOS	80

Introdução

Dentre as diversas transformações ocorridas em meados do século XX, como o surgimento da democratização, que marca a exigência por novas demandas ao Estado e pressupõe a ampliação do acesso à política a outros grupos sociais, destaca-se também a demanda por dedicação exclusiva a essa atividade. O grupo formado pela elite política se tornou cada vez mais seletivo, já que uma vez recrutados os parlamentares tendem a se profissionalizar e se manter no poder (ALCÁNTARA, 2012; COTTA; BEST, 2000).

A profissionalização política, no entanto, divide opiniões. Apesar de várias pesquisas considerarem que a presença de políticos profissionais impacta positivamente na governabilidade, dado o seu comprometimento com a política, o tema não está isento de críticas. Uma das críticas deve-se ao fato de que políticos seriam vistos como pessoas ambiciosas e que buscam apenas interesses pessoais (KING, 1981; POLSBY, 1968; OBORNE, 2007).

Em seus primeiros registros, a profissão política é tida na literatura como uma vocação. Duas das formas de exercê-la era *i*) vivendo *para* a política ou *ii*) vivendo *da* política. O principal aspecto que diferencia esses dois tipos de profissionais é o econômico. Os primeiros não precisariam ser remunerados para exercer essas atividades, uma vez que deveriam ser financeiramente independentes e que a política seria praticada pelo poder que possuem em mãos. Já aqueles que vivem *da* política precisariam ser financeiramente compensados para, de fato, exercer sua vocação (WEBER, 1946).

Em ambos os casos, o fator econômico que os distingue solta luz sobre as diferenças no recrutamento desses grupos. O político profissional que não precisa receber salários pelo trabalho político advém de um recrutamento plutocrático, em cuja classe – as mais abastadas de uma sociedade – exercem o poder. Por outro lado, o recrutamento não plutocrático está relacionado aos políticos profissionais que vivem *da* política (WEBER, 1946).

Olhar para o recrutamento é importante para que possamos entender o quão semelhante ou diferente é determinada sociedade do quadro político que lhe representa em seus espaços de poder. Através de pesquisas sobre o processo de profissionalização política foi possível observar mudanças nesse processo. Na

Europa, entre 1848 e 2000, a elite política rural e agrária deu espaço para uma classe média urbana (BEST; COTTA, 2000). Ainda, é possível observar que a seleção de candidatos não é homogênea por parte de partidos políticos de espectros ideológicos diferentes dentro de um mesmo país. No Brasil, o sucesso eleitoral de partidos de esquerda estava mais atrelado ao recrutamento de banqueiros e metalúrgicos, enquanto em partidos de direita estão os empresários e profissionais da indústria (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010; CAIRNEY, 2007).

O desenvolvimento de pesquisas relacionadas a temas como *profissionalização política*, *carreiras* e *elites políticas* também são muito importantes pois os limites que diferenciam esses e outros conceitos vêm sofrendo muitas mudanças ao longo das últimas décadas (WEBER, 1946; ELIASSEN; PEDERSEN, 1978; SQUIRE, 1992; BEST; COTTA, 2000; BORCHERT, 2003; ALLEN *et al.*, 2020).

Não há um consenso entre os autores sobre suas aplicações. Ora a literatura os registra como sinônimos, ora não, como é o caso do argumento de King (1981) sobre o *político de carreira* não poder ser considerado um *político profissional*, pois a política não pode ser vista como uma profissão (ALLEN; CAIRNEY, 2015). Essa confusão conceitual é considerada um *problema terminológico* que motivou a adoção do modelo aplicado nesta pesquisa e que logo será detalhado.

Há muitas formas de analisar a profissionalização política. De modo geral, os estudos sobre o tema possuem duas abordagens¹. Uma delas está voltada para o legislativo. Trata-se da abordagem mais utilizada nos Estados Unidos e seu foco está em conceituar ou mensurar a profissionalização ou a institucionalização de parlamentos (POLSBY, 1968; SQUIRE, 1992, 2007, 2017; KING, 2000). A outra foca na profissionalização do político enquanto indivíduo e é muito usada em pesquisas nos demais países, especialmente na Europa (KING, 1981; PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010; ALLEN; CAIRNEY, 2015; ALLEN *et al.*, 2020).

Independentemente se o que está sendo analisado é a instituição ou o indivíduo, outra característica interessante que pode ser observada nesses tipos de pesquisas é a quantidade de dimensões que estão sendo analisadas. Enquanto

¹ Esta divisão da literatura foi sugerida em conversa pessoal pela pesquisadora e cientista política Mariana Lorencetti, que está elaborando uma revisão sistemática de literatura sobre profissionalização política.

alguns autores consideram suficientes a aplicação de abordagens unidimensionais para conceituar ou mensurar profissionalização política, há aqueles que consideram que analisá-los apenas por uma dimensão permite capturar apenas um subtipo de político profissional (KING, 1981; RIDDELL, 1996; SQUIRE, 1992; ALLEN *et al.*, 2020).

Dentre as várias possibilidades que a literatura dispõe para compreender e mensurar *profissionalização* e *carreirismo político*, uma delas foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa (SQUIRE, 1992; BEST; COTTA, 2000; ALLEN *et al.*, 2020). Allen *et al.* (2020) elaboraram um índice com o intuito de mensurar o carreirismo de políticos britânicos, a partir de uma abordagem multidimensional. Neste modelo, analisam quatro dimensões: o comprometimento com a política, o *background* profissional, a experiência de vida e a ambição política desses atores.

Eles argumentam que existem subtipos e diferentes níveis de políticos de carreira, pois ainda que um parlamentar não possua indicadores fortes em alguma das dimensões analisadas, essa ausência pode ser suprida pela presença de indicadores em outras dimensões. A fim de testar a validade do índice e seus argumentos, eles compararam o grau de carreirismo de dois grupos de parlamentares, *ministers* e *backbenchers*, e descobriram que os *ministers* – aqueles que ocupam cargos mais relevantes no parlamento britânico – são mais profissionais que os *backbenchers* – que ocupam o extremo oposto na hierarquia de cargos.

Dadas as informações apresentadas, defini que neste trabalho o *político de carreira* de Allen *et al.* (2020) será uma *proxy* de *político profissional*, portanto testei o uso desses termos como sinônimos e a viabilidade de serem aplicados dessa forma. Os *problemas metodológico* e *empírico* desta pesquisa estão centrados em testar o modelo multidimensional de profissionalização política, elaborado por Allen *et al.* (2020), em um novo conjunto de dados: os deputados federais brasileiros.

Apesar da reprodução do índice, também levei em consideração os argumentos expostos por Di Martino (2010), cuja discussão trouxe luz sobre uma situação interessante: o problema de exportar estudos sobre o legislativo de outros países, mais especificamente sobre os Estados Unidos, para a América Latina. Dentre as justificativas para esta crítica estão a diferença entre o sistema de incentivos aos legisladores e o contraste existente entre a circulação parlamentar na Câmara dos

Deputados brasileira e as longas carreiras dos parlamentares nos Estados Unidos. Estou ciente, portanto, da impossibilidade de usar as mesmas métricas nos dois países, seja pelas justificativas apresentadas pela autora, seja pela disponibilidade dos dados. Entretanto, para fazer a análise, apesar de manter as dimensões utilizadas no índice original, fiz alterações em alguns dos indicadores mensurados, cujas especificidades serão mais bem discutidas na seção destinada aos materiais e métodos desta pesquisa.

Outra semelhança entre esta e a pesquisa de Allen *et al.* (2020) é que mantive a perspectiva comparada como forma de validar o índice de profissionalização política. Segundo Bolognesi (2022), é importante estabelecer comparações, pois a abordagem em perspectiva comparada contribui para elevar o controle da análise, estabelecer generalizações e chegar a conclusões científicas mais robustas.

Sendo assim, dividi os deputados federais brasileiros em dois grupos. O primeiro grupo é composto por 86 parlamentares eleitos em 2014 e reconhecidos pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como “Cabeças” do Congresso entre os anos 2015 e 2018. O Departamento premia anualmente os deputados federais e senadores que consideram mais influentes no Congresso Nacional, a partir de critérios decisoriais (DAHL, 1961), posicionais (MILLS, 1956) e reputacionais (HUNTER, 1953). Já o segundo grupo é composto por uma amostra aleatória de 84 deputados que não foram premiados pelo DIAP no mesmo período, estratificada por região, gênero e ideologia.

Dito isso, me dedico a responder “em que medida uma possível distinção política está relacionada à profissionalização política dos deputados federais brasileiros?”. Nesta pesquisa, distinção política é um indicador de status dentro da Câmara dos Deputados, que será interpretado pelo recebimento ou não do prêmio dos “Cabeças” do Congresso.

Esta pesquisa se deu a partir da hipótese de que (*h1*) os “Cabeças” do Congresso possuem maior índice de profissionalização política do que os não “Cabeças”. O objetivo geral da pesquisa é compreender as semelhanças e diferenças na profissionalização política de dois grupos de parlamentares: i) os não premiados pelo DIAP; e ii) os premiados pelo DIAP.

Os objetivos específicos são:

- Testar a validade do índice de profissionalização política no Brasil;
- Mensurar o grau de profissionalização política dos deputados federais brasileiros;
- Analisar o nível de profissionalização política dos parlamentares em cada uma das dimensões que compõem o índice (comprometimento com o trabalho legislativo, *background* profissional, experiência de vida e ambição política);
- Comparar o índice de profissionalização dos deputados federais não premiados e premiados pelo DIAP;
- Verificar se o uso do termo *político profissional* pode ser utilizado como sinônimo de *político de carreira* para os deputados federais brasileiros.

Esta dissertação de mestrado é composta por esta introdução e, em seguida, no Capítulo 1 que é dedicado à revisão de literatura, apresento um panorama sobre o estado da arte da profissionalização política e as formas de mensurá-la, assim como descrevo em detalhes o modelo multidimensional adotado por Allen *et al.* (2020). No capítulo 2 apresento os materiais e métodos utilizados nesta pesquisa. Nele discorro sobre os indicadores selecionados para a reprodução do índice, as adaptações que foram necessárias para conseguir aplicá-lo no Brasil, assim como detalho as etapas que compõem a operacionalização do índice e os testes estatísticos utilizados para validá-lo. Ao longo do Capítulo 3, exponho em subcapítulos os resultados descritivos de cada uma das dimensões analisadas e comparo as estatísticas descritivas dos premiados e não premiados pelo DIAP. No Capítulo 4, discuto os resultados do índice geral de profissionalização política e dos índices por dimensão de análise, comparando em seguida a média do índice dos deputados federais premiados e não premiados pelo DIAP. Dedico o Capítulo 5 para discutir os resultados encontrados. Por fim, encerro com um capítulo para as conclusões desta pesquisa, que apontam que o índice aplicado é uma boa medida para mensurar a profissionalização política no Brasil, mas que requer aprimoramentos.

1. O estado da arte sobre a profissionalização política

Muito se fala sobre profissionalização política, porém é preciso estar atento à existência de duas importantes correntes. Uma delas possui um foco institucional e trata a profissionalização como um fenômeno que afeta as instituições, deixando as trajetórias pessoais dos políticos como uma variável não tão relevante. A segunda corrente foca no aspecto individual para tratar da profissionalização, olhando para o indivíduo e sua trajetória, tirando o foco das questões organizacionais ligadas ao interior dos Parlamentos.

Apesar de distintas, no campo de estudos elas são correntes complementares, já que permitem observar o fenômeno da profissionalização por diferentes ângulos. A seguir, exponho no Quadro 1 a divisão da literatura, apresento o que a literatura compreende acerca de cada uma delas e detalho o modelo elaborado por Allen *et al.* (2020) para mensurar carreira política, que foi utilizado como base para o modelo aplicado nesta pesquisa para medir a profissionalização política centrada nos agentes.

QUADRO 1 – Divisão da literatura sobre formas de mensurar profissionalização política

	Profissionalização política do Parlamento	Profissionalização política do parlamentar
Foco	Centrada na profissionalização das instituições	Centrada na profissionalização dos agentes políticos
Autor(es) e Ano	Nelson Polsby (1968); Squire (1992, 2007, 2017); James King (2000); Rosenthal (1996); Bowen & Greene (2014).	Nicholas Allen, Gabriele Magni, Donald Searing & Philip Warncke (2020); Eliassen & Pedersen (1978); Searing (1987); Borchert (2003, 2011); Berry, Berkman & Schneiderman (2000); Anthony King (1981); Best & Cotta (2000); Cairney (2007); Perissinotto & Bolognesi (2010); Mellors (1978); Petter Allen (2013); O'Grady (2018); Santos & Pegurier (2011); Schlesinger (1966); Bolognesi, Costa & Codato (2019); Riddell (1966); Jun (2003); Henn (2017).

FONTE: a autora (2023).

1.1. *Profissionalização política centrada nas instituições*

Estudos sobre a profissionalização do legislativo são muito comuns nos Estados Unidos. De modo geral, parece haver um consenso de que a viabilidade de sistemas políticos deve estar ligada à sua institucionalização, ou seja, à criação e manutenção de organizações especializadas para a atividade política. Quando nos referimos a uma organização política, percebemos que com o estabelecimento de carreiras surge um endurecimento ou uma aplicação de limites que refletem no afunilamento de oportunidades de carreira (POLSBY, 1968).

A partir de uma pesquisa realizada na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos (House of Representatives), Polsby (1968) identificou as três características que ele considera que mais representam organizações institucionalizadas. Ao comparar informações disponibilizadas pela própria Câmara, ele afirma que ao longo dos anos (1789-1965) foi possível perceber que essa organização se tornou mais bem delimitada, complexa internamente e universal e automática em seu processo interno de tomada de decisões.

Polsby (1968) observou que, conforme passavam-se os anos, a frequência de entrada de novos membros na Câmara dos Deputados diminuía e a média de mandatos por legislatura aumentavam, indicando uma relativa dificuldade em tornar-se membro desse grupo por conta da diminuição dos movimentos de entrada e saída de seus membros. Além disso, uma complexidade interna à Câmara foi identificada por conta do aumento da importância e autonomia dadas às comissões, assim como do crescimento no número de agências especializadas em liderança partidária e no suporte oferecido pela organização aos seus membros – através de salários, ajudas pessoais, *staff* etc. Segundo Polsby (1968), a última característica de organizações institucionalizadas – a tomada de decisões de forma universal e automática – foi mensurada pela percepção do uso cada vez mais recorrente da *seniority* (tempo de serviço) como critério de escolha para presidentes de comissão e pelo uso do próprio mérito para decidir sobre a contestação de eleições para a Câmara.

Devido à padronização de procedimentos complexos internos ao Parlamento, Polsby (1968) argumenta que há, inclusive, uma tendência de imposição de normas profissionais aos agentes políticos. Isto faz com que não seja necessário olhar para as trajetórias pessoais dos parlamentares, visto que eles devem agir conforme os

protocolos da Casa. A importância de sua pesquisa para o campo de estudos se dá porque ela estabeleceu parâmetros para olhar para o fenômeno da profissionalização de instituições.

A lógica de que os recursos institucionais padronizam as ações dos políticos também faz parte da compreensão de Squire (1992; 2007; 2017), portanto ele se dedicou a mensurar profissionalização política de legislativos estaduais. Para isso, Squire elaborou um índice unidimensional e comparou a profissionalização de 50 assembleias estaduais nos Estados Unidos. Ele usou o Congresso do mesmo país como base de comparação, por considerá-lo, assim como Polsby (1968), como o “tipo ideal” de uma instituição profissionalizada.

Squire (1992) utilizou três variáveis que podem se encaixar parcialmente na compreensão de Polsby (1968) acerca de organizações institucionalizadas: salários e benefícios, tempo de serviço e *staff* e recursos disponíveis. Portanto, Squire (1992) considera que para medir a profissionalização do legislativo deve-se olhar para a complexidade da estrutura interna dessas organizações. Ao observar as assembleias sendo comparadas, é possível verificar a existência de graus de profissionalização, já que algumas delas são mais ou menos profissionalizadas do que outras.

Ao revisitar o próprio índice anos depois, Squire (2007; 2017) considera que a medida utilizada em 1992 é confiável e válida. No entanto, ele argumenta que pela dinamicidade com a qual se move a base do Congresso dos Estados Unidos, o padrão pelo qual ele mede o legislativo estadual também deve mudar. Em outras palavras, o nível de profissionalização que um Parlamento pode alcançar vai depender do momento em que ele está sendo analisado, portanto se o Parlamento nacional se torna mais ou menos profissionalizado ao longo dos anos, a régua pela qual a profissionalização das assembleias é medida também será diferente.

Apesar de olhar para recursos institucionais, Squire (1992; 2007) compreende que a profissionalização do Parlamento também traz consequências positivas para o parlamentar, visto que estes recursos são um incentivo para que eles permaneçam por muito tempo na política, acumulando habilidades legislativas e influência capazes de melhorar o processo de elaboração de políticas públicas etc.

Ainda nos Estados Unidos, King (2000) reproduziu o índice unidimensional de Squire (1992) e mensurou as mudanças da profissionalização dos legislativos

estaduais ao longo de quatro décadas, mais especificamente nos seguintes períodos: 1963-1964, 1973-1974, 1983-1984 e 1993-1994. Por conta da disponibilidade das informações, o autor manteve dois dos indicadores originais, substituindo apenas o tamanho da equipe pelas despesas com o *staff*.

Em sua análise, King (2000) encontra divergências no grau de profissionalização entre as assembleias estaduais ao longo do tempo, mostrando, inclusive, que algumas delas se tornaram menos profissionais com o passar das décadas. Enquanto isso, foi possível encontrar algumas semelhanças entre as assembleias que mais se profissionalizaram. De modo geral, tratava-se das assembleias: localizadas em estados que tiveram aumento populacional; que possuíam restrições constitucionais quanto ao tempo – em dias – permitido para a realização de sessões parlamentares, mas que eventualmente mudaram seus estatutos e removeram tais restrições; e, por fim, que estiveram geograficamente próximas a assembleias mais institucionalizadas.

Os resultados encontrados por esses autores (SQUIRE, 1992, 2007; KING, 2000) ao mensurar profissionalismo legislativo nos Estados Unidos, partindo da ótica da complexidade interna das instituições proposta por Polsby (1968), reforçam a existência de graus de profissionalização e a ideia de que, a depender da época em que estiver sendo mensurada, o nível de profissionalização de determinada instituição pode variar.

Ao analisar a profissionalização do legislativo nos Estados Unidos, com base nas variáveis que costumam ser utilizadas – como as de Squire (1992) e King (2000) –, Rosenthal (1996) identifica que apenas tempo de trabalho e estrutura do gabinete são úteis para conceituar e mensurar profissionalização política, visto que a compensação pelo trabalho legislativo – como salário e afins – seria relevante para analisar os membros da instituição, não a instituição em si. Portanto, para ele, quanto maior a estrutura de *staff* disponibilizada e quanto mais exigente for o cronograma de trabalho, mais profissional será a legislatura.

Bowen e Greene (2014) se dedicaram a explorar formas de mensurar a profissionalização do legislativo tomando por base também os indicadores utilizados pelo índice do Squire (1992). Os autores até classificaram essa medida como confiável para esse propósito, no entanto, fazendo uso de um método de

Escalonamento Multidimensional (MDS)², eles argumentam que o fenômeno da profissionalização pode ser muito mais heterogêneo e que analisar a profissionalização sob uma ótica unidimensional pode não ser suficiente. Para eles, mesmo que não haja uma fórmula única, é necessário conhecer as necessidades da pesquisa para definir o uso de análises uni ou multidimensionais.

Uma outra forma de compreender a profissionalização é olhando para os agentes políticos. Essa abordagem costuma ser mais utilizada para analisar parlamentares da Grã-Bretanha e demais países da Europa, ainda que não exclusivamente. Ainda que se trate de correntes distintas para analisar a profissionalização, fazer parte de uma Casa profissionalizada pode render benefícios a alguns atores políticos, como poderá ser visto na seção seguinte. Dessa forma, sua complementaridade é importante para o campo de estudos.

1.2. Profissionalização política centrada nos agentes

Outrora, os legisladores eram recrutados pelo reconhecimento de suas atividades externas à política, como por seus títulos honoríficos. Desde então, diversas mudanças ocorreram e marcaram um processo de especialização do político, com uma atuação orientada ao serviço e com dedicação em tempo integral às suas atividades. Eles passaram, então, a serem recrutados por questões mais endógenas, como fidelidade partidária e a própria experiência em cargos eletivos (ELIASSEN; PEDERSEN, 1978; SEARING, 1987).

Neste contexto, analisar o momento em que os políticos perceberam que poderiam criar oportunidades e fazer uso delas é essencial para compreender o fenômeno da profissionalização centrada nos indivíduos. Borchert (2003) indica que as pré-condições para o surgimento do profissionalismo estão voltadas para o momento em que os parlamentares passaram a ser compensados pelo trabalho

² "O Escalonamento Multidimensional (MDS) é um método baseado nas proximidades entre objetos, sujeitos ou estímulos usados para produzir uma representação espacial desses itens. As aproximações expressam a similaridade ou dissimilaridade entre os objetos de dados. É uma técnica de redução de dimensão já que o objetivo é encontrar um conjunto de pontos em baixa dimensão (normalmente duas dimensões) que reflitam a configuração relativa dos objetos de dados de alta dimensão" (HARDLE; SIMAR, 2007, p. 373).

legislativo. Portanto, indicadores como recebimento de salários, perspectiva de progressão na carreira e a existência de demais benefícios seriam incentivos atraentes o suficiente para que quisessem permanecer nesses cargos.

Paralelamente, aponta-se para a dificuldade em acessar os espaços de poder, pois quanto mais tempo os mesmos indivíduos permanecem em cargos eletivos, menores as chances de novos representantes entrarem para o seleto grupo de políticos eleitos. Isto pode ser percebido quando observamos o sucesso de incumbentes nos Estados Unidos em disputas eleitorais entre 1970 e 1989. Os resultados encontrados por Berry, Berkman e Schneiderman (2000) indicam que a abundância de recursos disponibilizados por legislativos profissionalizados se converte na profissionalização de seus membros, provocando incentivos ao desenvolvimento de suas carreias políticas. Além de afirmarem que os membros de parlamentos altamente profissionalizados possuem mais chances de vencer as eleições, sua pesquisa indica que quanto maior o nível de profissionalização de determinada legislatura, menores os efeitos de forças políticas e econômicas externas interferirem na reeleição desses parlamentares.

No entanto, a literatura também recorre, por exemplo, a habilidades individuais, padrões de carreira, ambição do político etc., para falar de profissionalização parlamentar. Ao analisar o Parlamento britânico ao longo dos anos (1935-1979), King (1981) se refere a pessoas que fazem da política um estilo de vida. O político de carreira, como assim prefere chamar, é um indivíduo comprometido com a política, portanto uma das formas de identificá-lo é através do seu grau de comprometimento ou da intensidade de trabalho dedicada à essa atividade.

Outro aspecto que é analisado para compreender a profissionalização de parlamentares é o *background* ocupacional. Isto significa que a profissão de quem busca um cargo eletivo é um fator relevante para o recrutamento político. Através do estudo de Best e Cotta (2000) que comparou onze países europeus entre 1848 e 2000, foi possível observar a transição do recrutamento político ao longo das décadas. Houve um declínio no número de políticos que faziam parte de uma elite rural para o aumento de parlamentares vindo da classe média urbana. Os autores argumentam que a profissionalização também diminuiu a representação da classe trabalhadora nos parlamentos.

Cairney (2007) argumenta que existem “profissões que facilitam o acesso à política”, mas que elas podem variar de acordo com o país, o partido político e o nível das assembleias. Portanto, essa não seria a melhor forma de classificá-las. Tendo por base os parlamentares britânicos, ele distingue essas profissões em dois tipos: *brokerage occupations*, aquelas que são propícias à atividade política, como professores, advogados etc.; e *instrumental occupations*, que se trata de ocupações que são diretamente ligadas à política e que podem servir como trampolim para a ocupação de cargos políticos, como jornalismo político, relações públicas etc.

Ao olhar para o recrutamento partidário a partir do *background* profissional de parlamentares, Cairney (2007) identifica diferentes padrões por parte do partido Conservador e do partido Trabalhista. O mesmo pode ser observado no Brasil. Buscando compreender esse processo de recrutamento, Perissinotto e Bolognesi (2010) comparam os candidatos eleitos e não eleitos para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1998, 2002 e 2006. Seus resultados coincidem com os demonstrados por Cairney (2007), mostrando que as profissões que podem aumentar as chances de sucesso eleitoral para candidatos de direita (empresários e profissionais da indústria), não são as mesmas daqueles que se candidatam por partidos de esquerda (metalúrgicos e bancários).

Há ainda quem analisa o percurso dos parlamentares após serem eleitos, a partir de suas carreiras pré-parlamentares. Ao comparar o *background* profissional dos membros do parlamento britânico, Allen (2013) os classificou entre aqueles que possuem uma trajetória tradicional – ou seja, aqueles que iniciam nas câmaras municipais até se lançarem na política nacional – e os que possuem uma trajetória não tradicional – formado por aqueles que já trabalhavam com profissões ligadas à política nacional antes de se tornar um membro do parlamento.

Os políticos que traçam uma rota tradicional até a entrada no Parlamento, costumam ocupar posições menos importantes (*backbenchers*) na hierarquia de cargos do Reino Unido (MELLORS, 1978; ALLEN, 2013). Aqueles que alcançam as posições mais importantes, de modo geral, não possuem experiência prévia em governos locais. A pesquisa revela que os parlamentares que vem de uma trajetória não tradicional têm mais possibilidades de se eleger ainda jovem e alcançar cargos de ministros, por exemplo (ALLEN, 2013).

Ainda assim, isso não significa que o perfil dos parlamentares é homogêneo ou que eles não podem mudar a partir do momento em que os parlamentares são eleitos. Em uma pesquisa realizada com parlamentares do Partido Trabalhista Britânico entre 1987 e 2007, O'Grady (2018) divide os políticos em dois grupos. O primeiro deles é composto pelos parlamentares da classe trabalhadora que são mais ideológicos do que os demais. Suas preferências estão alinhadas à preferência dos eleitores que compõem a classe trabalhadora.

O outro grupo é composto pelos carreiristas. Eles se caracterizam por possuir um *background* de quem vem da classe média e de profissões políticas ou relacionadas à política, como ativistas, pesquisadores, funcionários de partidos políticos etc. Os carreiristas estão mais focados em desenvolver sua própria trajetória política, portanto são mais flexíveis para defender determinadas posições políticas apenas por estratégia, assim como costumam ser mais leais aos líderes partidários em comparação aos parlamentares com um perfil mais ideológico.

O'Grady (2018) identifica um declínio no número de representantes da classe trabalhadora que, conseqüentemente, prejudica os interesses dos eleitores que pertencem a essa classe. Enquanto os carreiristas têm como característica a ambição por se manter na política. Segundo o autor, houve um aumento na profissionalização dos políticos eleitos dentro do Partido Trabalhista Britânico.

A baixa diversidade social das ocupações também é uma realidade no Brasil. Uma investigação realizada sobre candidatos eleitos e não eleitos para a Câmara dos Deputados entre 1998 e 2014, demonstra que o Partido dos Trabalhadores (PT) foi responsável por eleger parlamentares com *background* profissional de trabalhadores chamados "braçais" (trabalhadores agrícolas, metalúrgicos etc.) a partir da década de 80. No entanto, ao longo dos anos o partido reduziu a presença desses trabalhadores em suas listas de candidatos (BOLOGNESI; COSTA; CODATO, 2019).

De modo geral, uma outra forma de olhar para os agentes políticos é analisando a ambição em suas trajetórias políticas. Entrar em algum cargo eletivo nem sempre será o único desejo daqueles que almejam viver da política. Uma vez eleitos, os eles desejam se manter no poder e progredir na carreira. No Brasil, uma das formas de driblar os riscos impostos pelo jogo político e, conseqüentemente, sobreviver politicamente, é através da possibilidade de se candidatar aos diferentes níveis de

governo – municipal, estadual ou federal – tanto ao fim quanto em meio de mandato (SCHLESINGER, 1966; BORCHERT, 2011; SANTOS; PEGURIER, 2011).

Ao analisar carreiras políticas no Brasil, Santos e Pegurier (2011) apontam para a importância do cargo de deputado federal na estrutura de oportunidades da política brasileira. Apesar de não ser uma tarefa fácil construir uma longa carreira na Câmara dos Deputados, ao investigar os seus membros é possível chegar a algumas conclusões. Entre 1991 e 2006 foi possível identificar que os deputados federais estreatantes que já possuíam experiência no legislativo estadual são maioria entre os que assumem um papel de liderança na Câmara. Ainda, os que alcançam esses papéis de destaque possuem mais chances de alcançar sucesso eleitoral em uma ambição progressiva.

Quando se fala das chances de sucesso eleitoral dos candidatos brasileiros ao cargo de deputado federal, Perissinotto e Bolognesi (2010) identificam que ser um político profissional é a variável mais determinante para aumentar as chances de sucesso no Brasil nas três legislaturas analisadas (1998, 2002 e 2006). Nesta pesquisa, os autores manusearam variáveis demográficas (gênero, educação e idade), societais (*background* ocupacional) e políticas (ser ou não profissional), ser um político profissional significa já ter tido alguma experiência política anterior.

Riddell (1966), analisando a política britânica, considera que os políticos de carreira são pessoas obsessivas com a política. Não somente por querer se manter em seus cargos, mas também porque a taxa de reincidência daqueles que eventualmente perdem suas cadeiras no Parlamento é alta. Ao olhar para a experiência de vida desses parlamentares, observou-se também que sua experiência prévia era muito limitada e, geralmente, focada em atividades que pudessem impulsioná-los a alcançar um cargo na Casa dos Comuns.

Possuir pouca experiência de vida além da política indica que, em geral, os parlamentares não tiveram tempo suficiente para investir em outras ocupações e, conseqüentemente, de alcançar reconhecimento profissional em outras áreas. Portanto, é através da política que eles terão a possibilidade de se destacar, se estabelecer financeiramente e alcançar bom *status* social, por exemplo. Isto faz com que eles atribuam importância ao ofício, os levando a priorizar sua carreira política e sua profissionalização (O'GRADY, 2018; JUN, 2003).

Considerando que a profissionalização é um conceito teórico e empiricamente heterogêneo, em que a agregação de variáveis a uma única dimensão seria bastante limitada e capaz de capturar apenas um subtipo possível do político profissional, há quem discorde de estratégias que envolvem a abordagem de um índice ou de análises unidimensionais, tal qual olhar apenas para o comprometimento com a política, a experiência de vida ou o *background* profissional, por exemplo. (BOWEN; GREENE, 2014; ALLEN *et al.*, 2020).

Embora o objetivo não tenha sido conceituar ou mensurar políticos em si, Henn (2017) utilizou três dimensões (o comprometimento com a política apresentado por King (1981), as ocupações pré-parlamentares e compor ou não os gabinetes ministeriais) para compreender o aumento no número de políticos de carreira – definidos como aqueles que concentram sua vida profissional em torno da política – na Grã-Bretanha entre 1979 e 2010. Seus resultados nos mostram que há um aumento no número de profissões relacionadas à política entre os políticos de carreira e a maior parte desse crescimento se dá entre os próprios membros dos gabinetes (HENN, 2017).

Por sua vez, Allen *et al.* (2020) extraíram da literatura dimensões que ora foram aplicadas isoladamente, ora combinadas, mas que consideram fundamentais para identificar um político de carreira. Através do uso de variáveis que representam o comprometimento com a atividade política, o *background* profissional, a experiência de vida e a ambição política, eles elaboraram um índice que classifica o grau de profissionalização dos parlamentares britânicos.

Os autores defendem que a melhor maneira de compreender um político de carreira é através de um modelo de análise multidimensional, de modo que “a ausência de algumas características pode ser compensada pela presença de outras” (ALLEN *et al.*, 2020, p. 199). Eles mostraram através da aplicação desse índice que, de fato, os membros do parlamento britânico conhecidos como *backbenchers* possuem, em média, níveis de carreirismo mais baixos do que os *ministers*. Essa constatação se deu não apenas observando o resultado do índice, mas também quando o índice dos *ministers* e dos *backbenchers* foram comparados em cada uma das quatro dimensões de análise utilizadas na pesquisa.

Di Martino (2010) aponta a necessidade de compreender as especificidades da Câmara dos Deputados do Brasil, devido à sua alta taxa de circulação parlamentar. Portanto, seria necessário não somente analisar a existência de carreirismo no interior do Parlamento, mas também fora dele. O modelo proposto pela autora propõe analisar separadamente a profissionalização do parlamento, do político profissional e de carreiras políticas. Dadas as diversas possibilidades de analisar a profissionalização política, optamos por investigar a profissionalização de parlamentares através de uma adaptação da análise multidimensional aplicada por Allen *et al.* (2020). Por esta razão, torna-se necessário compreender em detalhes o modelo desses autores.

1.3. O modelo de mensuração de Allen, Magni, Searing e Warncke (2020)

Allen *et al.* (2020) elaboraram um índice capaz de definir gradativamente o carreirismo dos atores investigados, baseado na quantidade e intensidade de indicadores que cada indivíduo possui. Dessa forma, políticos profissionais poderiam ser considerados políticos de carreira em diferentes graus. Em seu modelo, destacam as “principais dimensões, mensurando-as e testando a validade dessas medidas para que elas possam ser usadas com confiança em pesquisas empíricas” (ALLEN *et al.*, 2020, p. 199).

A partir dos resultados obtidos pelo índice, eles compararam o carreirismo político dos parlamentares mais importantes (*ministers*) com o dos menos relevantes (*backbenchers*) do Parlamento britânico. Sua coleta de dados foi realizada através de entrevistas realizadas com 581 parlamentares entre os anos 1971-1974 e, no momento da produção do artigo em questão, coletaram informações complementares, como dados de aposentadoria, permanência em anos no Parlamento, entre outros.

Os indicadores que compõem o modelo que eles utilizaram estão divididos em quatro dimensões. Portanto, ser um político de carreira está associado ao comprometimento com a vida política, ao *background* profissional, à experiência de vida como parlamentar e à ambição política de cada um deles (ALLEN *et al.*, 2020), como mostra o Quadro 2.

QUADRO 2 – Modelo para mensurar um político de carreira de Allen *et al.* (2020)

Conceito	Dimensões	Indicadores
Político de carreira	Comprometimento	Duração (Anos de presença na Câmara dos Comuns); Intensidade (Horas semanais gastas em atividades parlamentares); Propensão à aposentadoria;
	<i>Background</i> profissional	Carreira pré-parlamentar (profissão predominante); Anos na carreira pré-parlamentar;
	Experiência de vida	Idade de entrada na Câmara dos Comuns;
	Ambição política	Forte desejo de assumir novas posições/cargos políticos; Probabilidade de alcançar novas posições/cargos políticos

FONTE: traduzido de Allen *et al.* (2020, p. 5).

Ser comprometido com a atividade política é essencial para ser um político de carreira. Tal comprometimento foi mensurado por três indicadores. O primeiro deles é a duração em anos que cada parlamentar se fez presente na *House of Commons*. Seu foco está na estrutura da carreira e, para o caso britânico, trata-se do indicador mais forte dessa dimensão.

O segundo é a intensidade do comprometimento de cada um deles. A mensuração se deu pelo número de horas trabalhadas dentro e fora do Parlamento. Dentro da Casa dos Comuns estimam-se as horas gastas nas sessões, em encontros partidários, *lobby* etc. Além disso, há os trabalhos junto aos partidos e ao círculo eleitoral que acontecem fora do Parlamento. Essas informações foram obtidas através de entrevistas.

O último indicador é a propensão à aposentadoria. Sua função é descobrir a intenção dos entrevistados em se manter na política e se eles consideram a possibilidade de seguir uma carreira alternativa. O indicador foi medido através de duas perguntas realizadas entre os anos 1971-1974: i) “Qual a probabilidade de você se aposentar voluntariamente do Parlamento?”; e ii) “Quais seriam os seus motivos para isso?”. As respostas foram comparadas com a situação dos respondentes no momento da produção do artigo (ALLEN *et al.*, 2020).

A segunda dimensão introduz o *background* profissional como fundamental para compreender um político de carreira. Há políticos de carreira que apresentam pouca experiência em áreas diferentes daquelas relacionadas à política, ou o que os autores chamam de “empregos reais”. Isto pode conferir a eles um aprendizado

político relevante, com conhecimento amplo das regras legislativas e procedimentos, bem como a transitar nas negociações por estarem mais dispostos a fazer concessões. No entanto, há o ônus de não possuir a expertise setorial que poderia auxiliar na elaboração de políticas públicas.

Os indicadores a serem analisados são a carreira pré-parlamentar e os anos de carreira pré-parlamentar. Neste primeiro caso, os autores identificaram se os políticos possuíam: a) profissões políticas, que são aquelas que possuem um link direto com o mundo da política; b) profissões politicamente conscientes, que são aquelas que não estão diretamente relacionadas à política, mas que proporcionam alguma expertise que pode ser útil para políticos de carreira; e c) profissões não políticas, que, como o próprio nome sugere, são profissões que não estão nem próximas do mundo político³. Os autores utilizaram a classificação de Jun (2003) para fazer essa classificação.

Neste caso, quanto mais ligada à política for a profissão e quanto mais tempo os políticos tiverem passado em carreiras pré-parlamentares classificadas como profissões políticas ou politicamente conscientes, maiores as chances de possuírem uma pontuação alta no índice dos políticos de carreira.

A terceira dimensão analisada é a experiência de vida. Está relacionada com a dimensão anterior, porém focada na quantidade de anos de trabalho na “vida real” antes de entrar para a vida política. Utiliza como *proxy* a idade de entrada na Câmara dos Comuns, que “mede a oportunidade de ter compartilhado ou encontrado significativas experiências de vida no mundo além da política” (ALLEN *et al.*, 2020, p. 207-208). Quanto mais jovem entrar no Parlamento, mais carreirista o parlamentar é, mostrando uma nítida sobreposição de indicadores⁴ entre as dimensões do *background* profissional e da experiência de vida.

Políticos de carreira clássicos entram cedo no Parlamento, mas é válido ressaltar que isto não significa que um político que entre na meia-idade não possa ser considerado como de carreira, considerando que ele pode ter características relevantes em outros indicadores, como, por exemplo, forte ambição e comprometimento.

³ Conferir o quadro original com a distribuição das profissões segundo Allen *et al.* (2020) no Anexo 1.

⁴ Uma crítica a esta escolha dos autores de utilizar variáveis que se sobrepõem foi incluída seção dedicada à discussão desta pesquisa.

Isto nos leva à última dimensão analisada, a ambição política. É muito característico de um político de carreira o seu desejo frequente por poder, fama e obstinação por uma progressão rápida de cargos. Eles desejam deixar sua marca e buscam resultados imediatos, o que pode se tornar um paradoxo entre suas carreiras e o “chamado para o serviço público”.

Por isto, os indicadores analisados são: a) forte desejo de assumir novas posições/cargos políticos; e a b) probabilidade de alcançar novas posições políticas. Estas informações foram obtidas através de perguntas direcionadas durante a entrevista, são elas: i) “*Quais seus planos?* ii) *Há algum cargo na Casa que você gostaria de alcançar no futuro?*” Se sim, iii) “*Qual seria esse cargo?*”. Além destas, eles também foram questionados sobre iv) “*Em sua opinião, quais seriam suas chances de ocupar esses cargos (considerando a posição mais alta mencionada)?*” (ALLEN *et al.*, 2020, p. 208).

Ao observar o modelo elaborado por Allen *et al.* (2020) e compará-lo com a subseção 1.2 que apresenta um levantamento sobre as formas de mensurar a profissionalização política dos parlamentares, é possível perceber que Allen *et al.* (2020) reuniu na literatura as principais dimensões para montar seu índice. A partir disso, também me baseei no comprometimento com a política, no *background* profissional, na experiência de vida e ambição política para levantar os indicadores necessários para mensurar a profissionalização política dos deputados federais brasileiros. No capítulo seguinte descrevo o modelo adaptado para a execução desta pesquisa.

2. Materiais e métodos

2.1. Materiais

Nesta pesquisa, o universo analisado é composto por 170 deputados federais brasileiros eleitos em 2014 para a 55ª legislatura. Parte deles (n=86) são os parlamentares classificados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar como “Cabeças” do Congresso entre os anos de 2015 e 2018. Os demais (n=84) foram selecionados através de uma amostra aleatória, estratificada por região, gênero e ideologia dos deputados federais que não foram premiados pelo Departamento neste mesmo período.

O uso da legislatura 55 se deu por três razões. A primeira delas se deve ao fato de que quando iniciei esta pesquisa a legislatura 56 ainda estava incompleta. O que implica diretamente na segunda razão que seria a dificuldade de coletar todos os indicadores apenas ao final do ano de 2022, visto que a dimensão de ambição política, como poderá ser visto em detalhes a seguir, depende necessariamente dos movimentos futuros de carreira dos deputados analisados e isto atrasaria o desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, assim como Allen *et al.* (2020), meu problema envolve o teste empírico de um modelo multidimensional que mensure profissionalização política. Portanto, a legislatura escolhida não influenciaria na aplicabilidade e validade do índice.

Inicialmente, reproduzi o índice de profissionalização política elaborado por Allen *et al.* (2020) para todos os parlamentares individualmente. Após isso, para validar o índice conforme os autores o fizeram ao dividir o objeto da pesquisa em dois grupos – *ministers* e *backbenchers* –, também comparei o nível de profissionalização política dos políticos pertencentes a dois grupos. O primeiro deles (grupo de tratamento) é composto pelos parlamentares premiados pelo DIAP, ou seja, aqueles que receberam de 1 a 4 prêmios entre 2015 e 2018. O segundo grupo (controle) representa o grupo de não premiados pelo DIAP como “Cabeças” do Congresso entre os anos 2015 e 2018.

Diferentemente da pesquisa de Allen *et al.* (2020), os recursos disponíveis para este trabalho não incluem o acesso direto aos deputados federais brasileiros, portanto alguns indicadores precisaram ser adaptados. O Quadro 3 apresenta a adaptação do

modelo, os indicadores utilizados, a maneira pela qual os indicadores foram mensurados e a direção esperada para que a variável indique um político cada vez mais profissional.

QUADRO 3 – Modelo para mensurar o grau de profissionalismo político adaptado de Allen *et al.* (2020)

Conceito	Dimensões	Indicadores	Mensurado através do/da	Direção esperada da variável
Político profissional	Comprometimento	Duração	Número de vezes em que foi eleito para a Câmara dos Deputados multiplicado por 4	Quanto maior a duração, mais profissional
		Intensidade de trabalho	Presença ou ausência na Mesa Diretora; presidência e/ou relatoria de Comissões	Quanto maior a intensidade de trabalho, mais profissional
	Background profissional	Ocupação prévia	Disposição para a política dos cargos ocupados antes de ser eleito para cargos eletivos	Quanto mais alta a disposição política da ocupação prévia, mais profissional
		Anos fora da carreira política;	Idade do parlamentar ao assumir seu primeiro cargo eletivo subtraída de 18 anos (aplicado apenas aos que possuem profissões com alta predisposição política)	Quanto maior a duração em anos, mais profissional
	Experiência de vida	Idade de entrada na Câmara dos Deputados	Idade do parlamentar ao assumir seu primeiro cargo na Câmara dos Deputados	Quanto menor a idade de entrada, mais profissional
	Ambição política	Escolha de carreira;	Tentativa ou não tentativa de concorrer a novos cargos eletivos em 2016, 2018, 2020 e 2022	Quanto mais relevante o cargo escolhido para concorrer, mais profissional
		Sucesso eleitoral	Sucesso ou fracasso na disputa eleitoral em 2016, 2018, 2020 e 2022	Nos casos em que for eleito, será mais profissional

FONTE: adaptado de Allen *et al.* (2020).

A dimensão responsável por mensurar o comprometimento manterá apenas os indicadores: a) duração em anos da carreira do parlamentar na Câmara dos Deputados (até 2018); e b) intensidade de trabalho nas atividades legislativas. O

indicador referente ao número de anos foi calculado considerando o número de mandatos eletivos em que foram eleitos para a Câmara dos Deputados, multiplicado por quatro (que é o tempo de um mandato em anos). Não excluí da análise os períodos em que eles se ausentaram do mandato por quaisquer motivos (licenças, nomeações ministeriais etc.). No caso dos suplentes, considerei a partir do ano em que assumiram o mandato.

Para identificar quão intensa é a rotina de trabalho, foram consideradas apenas as atividades internas ao Legislativo. Para isto, foi atribuído mais intensidade àqueles que compõem a Mesa Diretora⁵ e que ocupam a presidência e relatoria das Comissões Permanente, Especial, Parlamentar de Inquérito e Externa. A estes, atribuí um critério de importância a fim de transformá-los em variável escalar, condição necessária para a análise. Aqueles que não ocuparam algum desses cargos receberam a pontuação zero pelo critério da ausência. Os que assumiram algum desses cargos ao longo de sua carreira política, receberam a pontuação apresentada na Tabela 1 e multiplicada pelo número de vezes em que assumiu determinado cargo.

É sabido que esta pode não ser a melhor medida para mensurar intensidade de trabalho, porém, ao contrário dos recursos obtidos por Allen *et al.* (2020), não tive acesso direto aos políticos analisados nesta pesquisa. Assim, a escolha por esta medida se deu pela possibilidade de capturar sua atuação profissional por meio de Comissões ou da Mesa Diretora.

TABELA 1 – Pontuação da intensidade de trabalho

Posição	Pontuação
Mesa Diretora	5
Presidência de Comissão	3
Relatoria de Comissão	2
Ausência nos cargos	0

FONTE: a autora (2023).

A dimensão que mensura o *background* profissional apresentou os seguintes indicadores: a) ocupação prévia ao ingresso em cargos eletivos, que substituiu a “carreira pré-parlamentar” presente no modelo original; e b) número de anos que

⁵ A Mesa Diretora é composta pelos cargos de presidente, 1° e 2° vice-presidentes; 1°, 2°, 3° e 4° secretários. No entanto, esta pesquisa não atribuiu critério de importância ou distinção entre eles.

cada um deles passou fora da vida política⁶ desde os seus 18 anos de idade⁷, ao invés de considerar os anos na carreira pré-parlamentar.

No que tange à ocupação prévia desses indivíduos, agrupei suas profissões e as classifiquei conforme a disposição destes cargos para a entrada na vida política conforme o modelo de Codato, Costa e Massimo (2014). Em seguida, atribuí valores a essas categorias, que variam entre 0,33 e 1 para a realização da análise. Portanto, tais ocupações podem possuir disposição política alta (1), média (0,66) ou baixa (0,33).

Vale ressaltar que as ocupações prévias foram coletadas direto do portal da Câmara dos Deputados e, em muitos casos, os parlamentares possuíam mais de uma profissão declarada⁸. Nesses casos, a classificação foi realizada a partir da análise do conjunto das ocupações. Apenas nos casos em que as informações disponibilizadas pelo portal da Câmara não foram suficientes para a classificação, pesquisei em fontes alternativas por informações complementares.

Quanto ao segundo indicador desta dimensão, “anos fora da política”, identifiquei a idade de entrada em seu primeiro cargo eletivo e, em seguida, subtraí 18 anos. Desta forma, pude identificar quantos anos cada um deles passou desde o momento em que poderia assumir algum cargo eletivo até a sua primeira eleição. No entanto, estou considerando que passar muitos anos fora de cargos políticos eletivos tanto pode ser positivo quanto negativo para a profissionalização desses parlamentares. A depender da profissão pré-parlamentar ocupada, apesar de entrar “tarde” na política, o parlamentar pode adquirir ao longo da vida habilidades importantes à atividade legislativa. Portanto, apenas as profissões categorizadas como de “alta predisposição” terão suas pontuações (ou número de anos fora) contabilizadas. As demais, média e baixa predisposição, serão zeradas.

A experiência de vida de cada um deles, mensurada pela idade de entrada na Câmara dos Deputados, será mantida conforme o modelo original (Quadro 2). Ou seja, quanto mais jovem for eleito para o cargo deputado federal, mais profissional. A

⁶ Entende-se por vida política a presença em cargos eletivos municipais, estaduais ou federais.

⁷ Considerei a idade de 18 anos, por se tratar da idade mínima necessária para ingressar em cargos políticos eletivos, como é o caso do cargo de vereador.

⁸ Para ter acesso à lista de profissões por deputado, consultar o Anexo 13.

última dimensão é a da ambição política. Diferente da técnica de entrevistas utilizada por Allen *et al.* (2020), nesta pesquisa serão avaliadas as escolhas de carreira e o sucesso eleitoral de cada parlamentar. Portanto, os indicadores serão: a) escolhas de carreira, ou seja, a presença ou ausência de tentativas de assumir novos cargos políticos eletivos durante o mandato; e b) sucesso eleitoral (sucesso ou fracasso no alcance desses cargos).

De acordo com Borchert (2009), o sistema político brasileiro possui um padrão integrado de carreira, o que na prática significa não haver uma hierarquia bem definida de postos políticos eletivos ou uma única direção para seguir a carreira política. Para esta análise, organizamos os cargos eletivos existentes no Brasil em ordem crescente de importância, poder e recursos. São eles, respectivamente: a) vereador de cidade que não é capital de estado; b) vereador de cidade que é capital de estado; c) vice-prefeito de não capital de estado; d) vice-prefeito de capital de estado; e) deputado estadual; f) prefeito de não capital de estado; g) vice-governador; h) deputado federal; i) prefeito de capital de estado; j) senador; k) governador; l) vice-presidente; m) presidente.

A análise dos indicadores de ambição política está limitada aos quatro pleitos subsequentes à entrada dos parlamentares na legislatura. Ou seja, os parlamentares foram avaliados nas eleições municipais de 2016 e 2020, e nas eleições gerais de 2018 e 2022. No caso das escolhas de carreira, atribuí pontuações de acordo com o cargo eletivo almejado pelos deputados federais, independentemente se conseguiram ou não serem eleitos.

Os valores variam entre -1 e 1, tendo a busca pela reeleição para o mesmo cargo como zero (ambição estática) e a opção por não concorrer como -1 (ambição discreta). Isto significa que, conforme a ordem crescente de postos eletivos mencionada anteriormente, todos aqueles que estiverem abaixo da posição de deputados federais (ambição regressiva ou discreta) receberam uma pontuação negativa. Os demais que tiveram ambição progressiva na hierarquia dos cargos receberam pontuações positivas limitadas a 1. A Tabela 2 apresenta as pontuações atribuídas.

TABELA 2 – Pontuação das escolhas de carreira

Cargo	Pontuação por cargo
Não concorreu	-1
Vereador*	-0,8
Vereador**	-0,7
Vice-prefeito*	-0,6
Vice-prefeito**	-0,4
Deputado estadual	-0,3
Prefeito*	-0,2
Vice-governador	-0,1
Deputado federal	0
Prefeito**	0,2
Senador	0,6
Governador	0,7
Vice-presidente	0,8
Presidente	1

NOTA: *de cidade que não é capital de estado; **de capital de estado.

FONTE: a autora (2023).

O último indicador nos informa se a escolha de carreira desses indivíduos resultou ou não em eleição. Para mensurar o sucesso eleitoral, foram considerados três aspectos: i) o tipo de poder do cargo escolhido, se legislativo (0,5 ponto) ou executivo (1 ponto); ii) o âmbito do poder escolhido, se municipal (0,5 ponto), estadual (1 ponto) ou federal (1,5 ponto); e iii) o cargo em si. A cada um desses foi atribuído uma pontuação e, ao fim, elas foram somadas para definir a pontuação final.

A distribuição de diferentes pontuações, por tipo de poder, âmbito de poder e cargo, existe porque considero que o sucesso eleitoral para o cargo de vereador não deve ser pontuado da mesma forma que o sucesso eleitoral para o cargo de governador, por exemplo. Já nos casos em que os candidatos não foram eleitos, sua pontuação foi zero. A Tabela 3 contém detalhes da pontuação atribuída a cada cargo aplicando os critérios mencionados.

TABELA 3 – Pontuações atribuídas ao sucesso eleitoral

Cargo	Tipo de poder	Âmbito de poder	Pontuação por cargo	Pontuação total
Não eleito				0
Vereador*	0,5	0,5	0,1	1,1
Vereador**	0,5	0,5	0,5	1,5
Vice-prefeito*	1	0,5	0,3	1,8
Vice-prefeito**	1	0,5	1,1	2,6
Deputado estadual	0,5	1	0,8	2,3
Prefeito*	1	0,5	1	2,5
Vice-governador	1	1	1,2	3,2
Deputado federal	0,5	1,5	1,8	3,8
Prefeito**	1	0,5	1,8	3,3
Senador	0,5	1,5	2,3	4,3
Governador	1	1	2,5	4,5
Vice-presidente	1	1,5	3	5,5
Presidente	1	1,5	5	7,5

NOTA: *de cidade que não é capital de estado; **de capital de estado.

FONTE: a autora (2023).

2.2. Métodos

Inicialmente utilizei de estatística descritiva para apresentar ao leitor maiores informações sobre os parlamentares que compõem esta pesquisa. Apresentei as frequências e porcentagens de cada indicador – duração; intensidade de trabalho; ocupação prévia; anos fora da vida política; idade de entrada na Câmara dos Deputados; escolha de carreira em 2016, 2018, 2020 e 2022; e sucesso eleitoral em 2016, 2018, 2020 e 2022 – para o grupo como um todo. Em seguida, os dividi por grupos de premiados e não premiados pelo DIAP e comparei suas frequências e porcentagens em cada um dos indicadores mencionados.

Após a transformação de todas as variáveis, reproduzi a construção do índice. Para isto, os dados passaram por um processo de Padronização (*Standardize*), sem que houvesse distinção de peso entre os indicadores e as dimensões analisadas, ou seja, ambos possuem o mesmo impacto no índice final. Este processo permite que a variável fique centrada em zero, pois mede o desvio padrão de cada deputado federal e o quanto ele vai desviar da média. Portanto, o objetivo é criar uma escala que varie em torno de zero.

A construção do índice que mensurou a profissionalização política dos deputados federais brasileiros foi realizada com o auxílio da ferramenta Excel do Microsoft Office. A princípio houve a padronização da soma dos indicadores por dimensão de análise, em seguida a soma das dimensões padronizadas, que tem por resultado o índice de profissionalização política.

Iniciei pela padronização da soma das variáveis de cada dimensão. A fórmula a seguir foi aplicada em níveis, seguindo a mesma expressão matemática aplicada por Allen *et al.* (2020). Primeiro, padronizei a dimensão do comprometimento. Para isso, a fórmula abaixo foi aplicada individualmente a cada um dos 170 deputados analisados nesta pesquisa.

$$\mathbf{X[i] \quad comprometimento} = \mathbf{Padronização} \left(\frac{\mathbf{X[i] \quad anos} - \bar{\mathbf{X}} \quad \mathbf{anos}}{\sigma \quad \mathbf{anos}} + \frac{\mathbf{X[i] \quad intensidade} - \bar{\mathbf{X}} \quad \mathbf{intensidade}}{\sigma \quad \mathbf{intensidade}} \right)$$

Traduzindo: o **X** representa o que queremos descobrir, o **[i]** indica que o cálculo é para o indivíduo, portanto **X[i]** é o índice (ou a padronização) do comprometimento de cada parlamentar. Portanto, **X[i]** é equivalente a **X[i] anos**, que significa a duração em anos na Câmara dos Deputados do indivíduo que está sendo analisado, subtraído de $\bar{\mathbf{X}} \quad \mathbf{anos}$, que representa a média da duração em anos na Câmara dos Deputados do grupo completo (170 indivíduos). Seu resultado será dividido pelo $\sigma \quad \mathbf{anos}$, ou seja, pelo desvio padrão da duração em anos na Câmara dos Deputados. O resultado obtido será somado ao resultado do mesmo processo aplicado segundo indicador da dimensão de comprometimento que é a intensidade de trabalho. Onde **X[i] intensidade**, significa a intensidade de trabalho do indivíduo que está sendo analisado, subtraído de $\bar{\mathbf{X}} \quad \mathbf{intensidade}$, que representa a média da intensidade de trabalho dos 170 parlamentares e seu resultado será dividido pelo $\sigma \quad \mathbf{intensidade}$, ou seja, pelo desvio padrão desta variável.

Após finalizar a Padronização da variável de comprometimento, o mesmo processo foi reproduzido nas demais dimensões que compõem o índice, mudando apenas os indicadores que estavam sendo operacionalizados, ou seja, mudando apenas o valor de **X**. Após a operacionalização das quatro dimensões individualmente, realizei uma nova Padronização. Dessa vez, como pode ser visualizado na fórmula abaixo, somei o índice das quatro dimensões por indivíduo. Ou seja, a composição do índice por indivíduo é representada pela soma do índice (ou padronização) de seu

comprometimento, seu *background* profissional, sua experiência de vida e sua ambição política.

$X[i]$ profissionalização política = Padronização ($X[i]$ comprometimento + $X[i]$ *background* profissional + $X[i]$ experiência de vida + $X[i]$ ambição política)

Após esta etapa, com o auxílio do *software* SPSS Statistics 26 IBM®, apliquei o teste Kolmogorov-Smirnov para testar se há normalidade nos dados. Visto que a distribuição é normal, apliquei o teste T de Student, que nos permite comparar médias de grupos e identificar se existem diferenças estatisticamente significantes entre elas ($p < 0,05$). Para isso, o grupo de tratamento é composto pelos parlamentares reconhecidos pelo DIAP como “Cabeças” do Congresso e, por sua vez, o grupo de controle é composto pelos deputados não premiados pelo DIAP.

Após comparar o índice final dos grupos, aprofundi a análise comparando os grupos de premiados e não premiados por dimensão de análise. Primeiramente, apliquei novamente o teste Kolmogorov-Smirnov e, neste caso, a distribuição não é normal. Por esse motivo, tivemos que trabalhar com o teste *Mann-Whitney* para comparar os grupos, pois se trata de um teste voltado para dados não paramétricos e não pareados.

Ainda, comparei as médias da profissionalização política dos grupos de premiados e não premiados aplicando alguns recortes: i) de gênero (feminino e masculino); ii) cor (branca, parda e preta); e iii) ideologia partidária (extrema-direita, direita, centro-direita, centro, centro-esquerda, esquerda e extrema esquerda). Dois testes foram utilizados: o teste *Mann-Whitney* que serve para comparar dois grupos e o teste Kruskal-Wallis que compara três ou mais grupos.

2.3 Critérios de seleção dos “Cabeças” do Congresso (grupo de tratamento)

A escolha dos “Cabeças” do Congresso para grupo de tratamento desta pesquisa, se deu porque o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) considera que, na disputa política, alguns atores possuem mais poder do que outros. Portanto, os poderosos são aqueles que possuem alguns atributos – como ser hábil, experiente, possuir diferentes tipos de recursos (materiais, econômicos, organizacionais etc.) – e que são capazes de converter tais atributos em poder e

liderança. Devido a essas características, considerei que os premiados pelo DIAP possuem uma distinção política quando comparados aos demais parlamentares.

A partir dessas características, o DIAP relaciona anualmente 100 nomes que influenciam o processo decisório e as pessoas que estão envolvidas nele. O relatório identifica e classifica as principais lideranças do Congresso Nacional, com base em critérios qualitativos e quantitativos de atributos posicionais, reputacionais e decisoriais. Utiliza método posicional (MILLS, 1956) ao selecionar parlamentares que possuam vínculo formal ou posto hierárquico ocupado na estrutura da Câmara dos Deputados; o reputacional (HUNTER, 1953) ao consultar a percepção que deputados e senadores, assessores, jornalistas, cientistas e analistas políticos têm sobre os políticos; e o decisório (DAHL, 1961) ao estimar a capacidade dos parlamentares de liderar e influenciar em atividades legislativas (DIAP, 2020).

A metodologia de seleção e os critérios adotados são executados por uma equipe técnica do Departamento, sob coordenação do jornalista, analista político e diretor de Documentação licenciado do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz. Em sua publicação anual, ainda que não proporcionem mais detalhes, eles declaram que os critérios de análise são objetivos, minuciosos e impessoais, evitando vícios e qualquer tipo de discriminação entre os parlamentares pesquisados (DIAP, 2020).

A pesquisa do DIAP inclui apenas os deputados federais e senadores que estão em pleno exercício durante o período de avaliação, entre os meses de fevereiro a junho do ano vigente. Os demais que se ausentam do mandato por motivos diversos, a exemplo de quem se licencia para ocupar outros cargos, ainda que influentes, não são considerados na análise.

A equipe técnica responsável por classificar os parlamentares realiza entrevistas com deputados federais, senadores, assessores parlamentares, jornalistas, analistas e cientistas políticos. A estrutura aplicada à entrevista não consta nas publicações que o Departamento disponibiliza. Segundo as informações que são disponibilizadas na série “Cabeças do Congresso”, busca-se examinar de forma objetiva as atividades profissionais, os vínculos com empresas e com organizações econômicas ou de classe, assim como aspectos da formação e vida acadêmica de cada parlamentar (DIAP, 2020).

No que se refere à atuação parlamentar, a equipe produz um levantamento dos pronunciamentos, a apresentação de proposições, resultado de votações e intervenções nos debates no Congresso. Além disso, também são examinadas a frequência com que eles são citados na imprensa, seus temas preferenciais, os cargos públicos exercidos dentro e fora do Congresso Nacional, relatorias de matérias relevantes, forças ou grupos políticos a quem estão ligados e a análise dos perfis políticos e ideológicos de cada congressista (DIAP, 2020).

O DIAP condensou as habilidades necessárias para a identificação dessas lideranças em cinco categorias. São elas: i) debatedor; ii) articulador/organizador; formulador; iv) formador de opinião; v) negociador. Apesar de cada uma possuir características próprias que as definem, a classificação com uma delas não impede que o parlamentar também seja classificado em mais de uma categoria de análise.

As categorias podem ser distribuídas como destaque e secundária. Considera-se uma categoria de destaque aquela que representa a principal habilidade reconhecida nos “Cabeças”. Trata-se de uma atribuição obrigatória. Enquanto a secundária, como a tipologia sugere, representa as demais aptidões que os operadores-chave do legislativo possuem e, combinadas ao primeiro tipo, colaboram com suas premiações. Elas são complementares, podem ser cumulativas e não estão presentes em todos os anos. O Quadro 4 apresenta essas categorias e suas respectivas definições.

QUADRO 4 – Definições das categorias do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

Conceito	Categorias	Descrição
Cabeças do Congresso	Debatedor (a)	São parlamentares ativos com senso de oportunidade e capacidade de repercutir os fatos políticos no plenário, na imprensa ou nas redes sociais. Exercem influência nos debates e na definição das agendas prioritárias.
	Articulador(a) / Organizador(a)	Possuem excelente trânsito, colaboram para criar as condições para o consenso e muitos exercem um poder invisível entre seus colegas de bancada. Difundem as decisões ou intenções dos formadores de opinião.
	Formulador(a)	Elaboram textos com propostas para deliberação. São os mais produtivos, pois fornecem o debate, a dinâmica e a agenda do Congresso.
	Formador(a) de Opinião	Arbitram conflitos e conduzem negociações políticas relevantes. Normalmente são experientes e possuem trânsito fácil entre as diversas correntes representadas no Congresso. Sua opinião sobre algum assunto influencia a decisão dos demais.
	Negociador(a)	Em geral, são líderes ou vice-líderes partidários que possuem respaldo para tomar decisões. São experientes e respeitados por seus pares. Eles buscam conhecer previamente as aspirações e bases de barganha de seus interlocutores para estabelecer sua tática de convencimento.

FONTE: elaborado pela autora com base em DIAP (2020).

Dado o detalhamento dos materiais utilizados, dos métodos aplicados e dos critérios de seleção para os grupos de deputados federais reconhecidos pelo DIAP “Cabeças” do Congresso e dos não reconhecidos pelo Departamento, apresento a seguir os resultados descritivos desta pesquisa, variável por variável.

3. Resultados descritivos

3.1 Comprometimento com a atividade política

Na década de 80, já se apontava para a importância do comprometimento com a atividade política na vida de um político de carreira. Uma pessoa fortemente comprometida com a política, não necessariamente seria alguém que a teria como a sua única ocupação, mas como sua ocupação principal, visto que exercer outras atividades podia significar apenas que o parlamentar também necessitava de uma profissão financeiramente mais atrativa e segura (KING, 1981).

Ao mensurar o comprometimento dos deputados federais brasileiros, pude observar um processo de afinilamento. Conforme mostra a Tabela 4, aqueles que possuem menos tempo de casa na Câmara dos Deputados e os que registram menos intensidade de trabalho são maioria entre os parlamentares analisados, seguidos por uma minoria que já possui uma longa carreira e alta intensidade na atividade parlamentar.

TABELA 4 – Descritivo da dimensão do comprometimento

COMPROMETIMENTO		
Duração: anos na Câmara dos Deputados	%	N
1 a 4	26,48	45
5 a 8	23,52	40
9 a 12	18,23	31
13 a 16	12,95	22
17 a 20	10	17
21 a 24	6,46	11
25 a 28	0,59	1
29 a 32	0,59	1
33 a 36	0,59	1
37 a 40	0	0
<40	0,59	1
Total	100	170
Intensidade de trabalho na Câmara dos Deputados*	%	N
0	28,83	49
1 a 5	27,06	46
6 a 10	22,36	38
11 a 15	11,76	20
16 a 20	7,06	12
21 a 25	0,59	1
26 a 30	1,17	2
>30	1,17	2

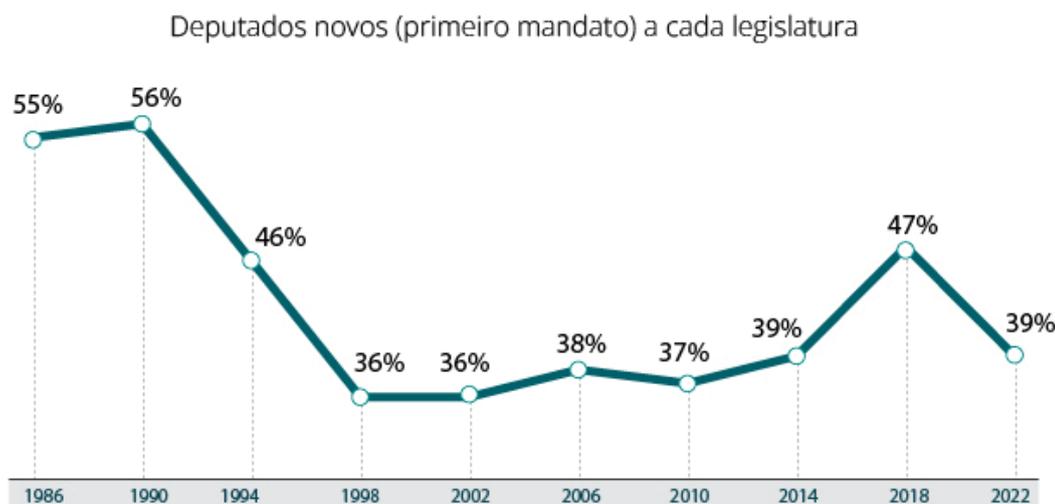
Total	100	170
-------	-----	-----

NOTA: *Pontuação adquirida através da soma de suas participações na Mesa Diretora, Presidência ou Relatoria de Comissões Parlamentares.

FONTE: a autora (2023).

O indicador que mede a duração em anos nos mostra que apenas 15 dos 170 parlamentares possuem mais de 20 anos de experiência na Câmara dos Deputados, o que representa 8,8% do objeto de análise. Por outro lado, 85 deles está em seu primeiro ou segundo mandato. Isto corresponde a 50% dos casos. O Gráfico 1 publicado pelo portal de notícias da Câmara reforça os dados referentes ao alto número de parlamentares em primeiro mandato. A partir dele pode calcular a taxa média de renovação parlamentar ao longo das últimas dez legislaturas, que foi de 42,9%.

GRÁFICO 1 – Taxa de renovação parlamentar da Câmara dos Deputados ao longo das dez últimas legislaturas



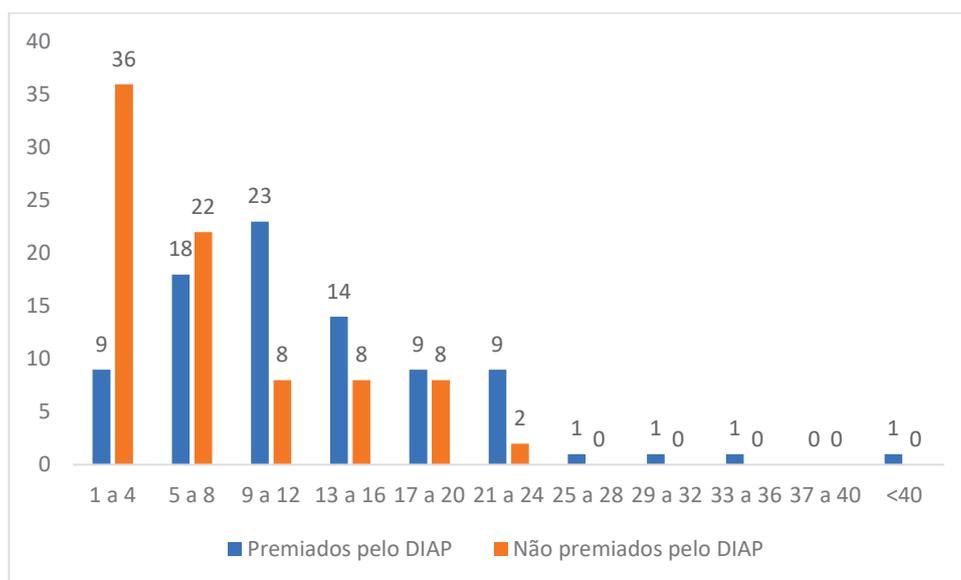
FONTE: Secretaria Geral da Mesa/Cedi, Agência Câmara (2022).

Paralelamente a isso, o mesmo padrão de distribuição de frequência acontece com a intensidade de trabalho. Apenas cinco parlamentares atingiram pontuação superior a 20 pontos no que se refere a presença na Mesa Diretora, presidência ou relatoria de Comissões. Outros 49 deputados sequer pontuaram, ou seja, não ocuparam essas funções. Por se tratar de uma medida que pressupõe a existência de certa experiência legislativa para ocupar tais posições na Câmara, é esperado que haja baixa concentração de intensidade de trabalho entre os deputados federais que

estão em seu primeiro (média de 2,7 pontos) ou segundo mandato (média 3,9 pontos), por exemplo.

Buscando detalhar ainda mais o objeto desta pesquisa, apresento no Gráfico 2 a distribuição dos parlamentares pertencentes aos grupos de tratamento e de controle desta pesquisa conforme a duração em anos de presença na Câmara dos Deputados. A partir do gráfico podemos observar que, apesar da Tabela 4 nos mostrar que 50% dos deputados se encontram nas primeiras faixas de duração (“1 a 4” e “5 a 8”), os não “Cabeças” do Congresso representam 35% deles, sendo, portanto, os mais inexperientes da Câmara Baixa. Por outro lado, percebemos que os parlamentares reconhecidos pelo DIAP são maioria em todas as demais faixas de duração.

Gráfico 2 – Número de casos por faixas de duração em anos na Câmara dos Deputados entre os grupos de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP

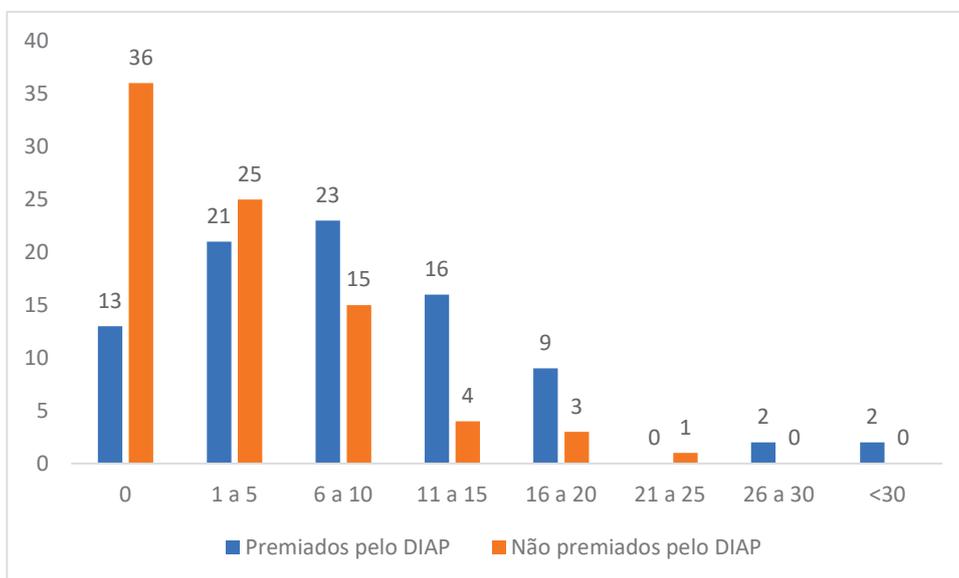


FONTE: a autora (2023).

A intensidade de trabalho na Câmara dos Deputados também foi observada em perspectiva comparada. Verifiquei no Gráfico 3 que, assim como aconteceu no indicador anterior (duração), os parlamentares que mais se concentram nas faixas iniciais (“0” e “1 a 5”) são aqueles que não foram premiados pelo DIAP, representando 35% dos deputados analisados. A situação se inverte a partir da terceira faixa (6 a 10), onde os “Cabeças” do Congresso passam a ser maioria (com exceção da faixa dos 21 a 25). Isto significa que os “Cabeças” acumulam mais experiência em funções

internas ao trabalho legislativo, ocupando com mais frequência posições na Mesa Diretora, presidência ou relatoria de Comissões.

GRÁFICO 3 – Comparação da frequência das faixas de intensidade de trabalho na Câmara dos Deputados entre os grupos de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP



FONTE: elaborado pela autora, 2023.

3.2. Background profissional

O *background* profissional é um atributo social bastante comum em pesquisas sobre a classe política, o que o torna uma dimensão estratégica para compreender a profissionalização desses atores (RIDDELL, 1996; CARNEY, 2007; CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014). De acordo com Riddell (1996), por exemplo, políticos de carreira possuem pouca experiência em ocupações externas à atividade política. Em alguns casos, tais políticos têm suas habilidades questionadas, por uma falta de prática em lidar com políticas públicas (OBORNE, 2007). Em outros, considera-se que a experiência em “trabalhos reais” proporciona uma expertise em setores específicos, a partir da experiência profissional prévia de cada um, que em alguns casos podem sim contribuir para a elaboração de políticas (Allen *et al.*, 2020).

A “ocupação prévia” de um político é uma variável comum de ser encontrada nesse tipo de investigação, visto que ela pode ajudar a esclarecer os vínculos existentes entre determinada sociedade e sua política institucional. Contudo, Codato,

Costa e Massimo (2014) alertam para as dificuldades em escolher a melhor forma para classificar essa variável nestes casos, visto que a escolha pode depender inclusive da população estudada. Os autores apontam que a literatura se baseia, de modo geral, nos princípios da terminologia, teoria, metodologia, fontes documentais ou no modo de codificação da população para definir sua própria indexação. O princípio adotado por esta pesquisa foi o da codificação, tal qual Codato, Costa e Massimo (2014).

Dentre as diversas possibilidades de classificação, Allen *et al.* (2020) classificou as profissões dos parlamentares britânicos em: profissões políticas, politicamente conscientes e não políticas, tendo por base Cairney (2007). Já Codato, Costa e Massimo (2014), ao analisar o cenário brasileiro, classificou as ocupações com predisposição para a atividade política com base em três dimensões: da independência econômica, da disponibilidade de tempo e, por fim, das afinidades disposicionais propostas por Weber (1994). A partir daí, encontraram três categorias: alta, média e baixa disposição para a política (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014).

Apesar de estar reproduzindo o índice proposto por Allen *et al.* (2020), optei por aplicar a classificação de Codato, Costa e Massimo (2014), dado que ela já foi elaborada tendo por base os candidatos ao cargo de deputado federal no Brasil. Conforme pode ser observado na Tabela 5, 81% dos parlamentares analisados possuem uma ocupação prévia com alta disposição para a política. Baseado na classificação adotada, isso significa que 138 deles possuem uma carreira profissional flexível, de *status* social elevado e com alguma afinidade política. A predominância de deputados que vêm de profissões com alta predisposição política, corrobora com os dados apresentados por Codato, Costa e Massimo (2020) visto que mais da metade (>50%) dos candidatos ao cargo em 2006 e 2010 se encaixam nesta classificação.

Em termos de comparação, podemos dizer que a categoria de “alta predisposição para a política” aqui adotada equivale a agregação das categorias de “profissão política” e “profissão politicamente consciente” de Allen *et al.* (2020). Isto porque para Allen *et al.* (2020), as profissões políticas – que numa escala de carreirismo são as mais fortes do que as politicamente conscientes e as não políticas – são apenas aqueles cargos diretamente ligados à política, como assessores parlamentares, cargos em partidos políticos etc. Enquanto Codato, Costa e Massimo (2014) não possuem uma categoria exclusiva para este tipo de profissão.

A Tabela 5 também nos mostra que 17% dos deputados analisados vieram de uma profissão de média disposição para a política, sobrando apenas 2% de parlamentares que vieram de ocupações de baixa predisposição. Tanto em 2006 quanto em 2010, os candidatos ao cargo de deputado federal apresentavam mais profissões prévias de baixa (26,3% e 21,4%, respectivamente) predisposição política do que média (17,5% e 19,6%, respectivamente). Ao comparar com os dados desta pesquisa, podemos observar que mesmo que os partidos lancem mais candidaturas de pessoas que ocupam profissões menos afins à política, estas aparentemente não se convertem em eleição tanto quanto aqueles que vêm de profissões mais afins à atividade política (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014).

TABELA 5 – Descritivo da dimensão do *background* profissional

BACKGROUND PROFISSIONAL		
Disposição para a política da ocupação pré-parlamentar	Porcentagem (%)	Frequência
Baixa	2	3
Média	17	29
Alta	81	138
Total	100	170
Anos fora da política*	Porcentagem (%)	Frequência
0 a 5	5,88	10
6 a 10	14,11	24
11 a 15	12,95	22
16 a 20	15,89	27
21 a 25	16,46	28
26 a 30	12,95	22
31 a 35	13,53	23
36 a 40	4,7	8
>40	3,53	6
Total	100	170

NOTA: *Por “fora da política” entende-se: antes de ser eleito pela primeira vez.

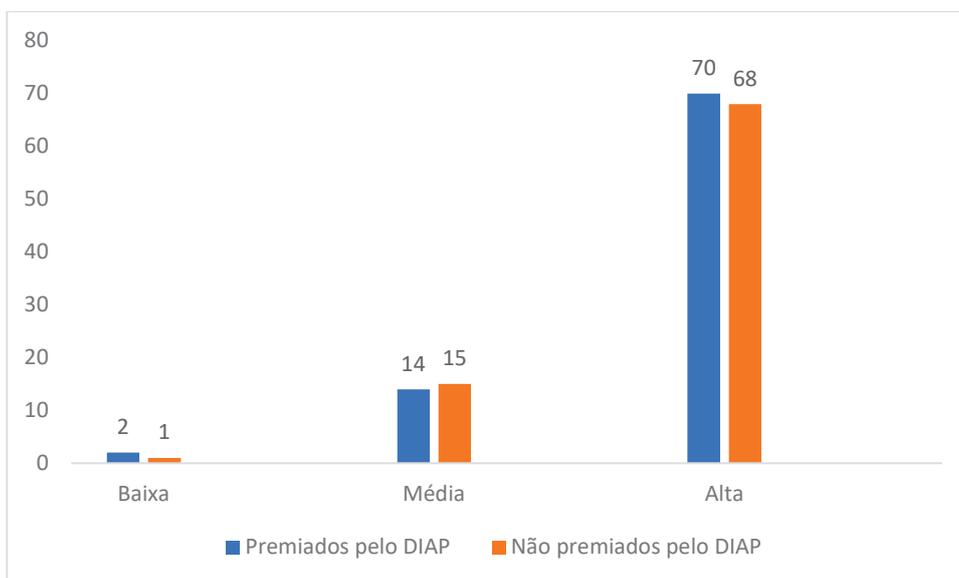
FONTE: a autora (2023).

O segundo indicador mensurou quantos anos cada parlamentar passou sem exercer algum cargo eletivo. Neste caso, diferente do aplicado por Allen *et al.* (2020), não se trata da duração em anos que o deputado passou na ocupação prévia declarada, mas de quantos anos este parlamentar passou fora de cargos eletivos contando a partir dos seus 18 anos de idade. Para uma melhor compreensão do perfil do objeto que está sendo analisado, agregamos sua duração em anos.

Na Tabela 5 é possível notar que os deputados federais estão bem distribuídos entre as faixas de duração de: 6 a 10 (14,1%), 11 a 15 (12,95%), 16 a 20 (15,89%), 21 a 25 (16,46%), 26 a 30 (12,95%) e 31 a 35 anos (13,5%). Apesar de a faixa que mais concentra parlamentares é daqueles que possuem de 21 a 25 anos (16,4%) de experiência profissional fora de cargos eletivos, a média de anos que esse grupo (dos 6 aos 35 anos) passa fora da política é de 20 anos. O grupo que possui menos representantes é daqueles que passaram mais de 40 anos sem assumir cargos eletivos, que representa apenas 3,5%.

Ao comparar a disposição para a política das ocupações entre os premiados e não premiados pelo DIAP, notei que a diferença entre esses grupos é mínima. Apesar de a esmagadora maioria dos deputados possuírem uma profissão com alta predisposição política (81%), através do Gráfico 4 podemos notar que os “Cabeças” do Congresso não levam vantagem frente aos não premiados pelo DIAP.

GRÁFICO 4 – Número de casos da disposição para a política das ocupações entre os grupos de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP

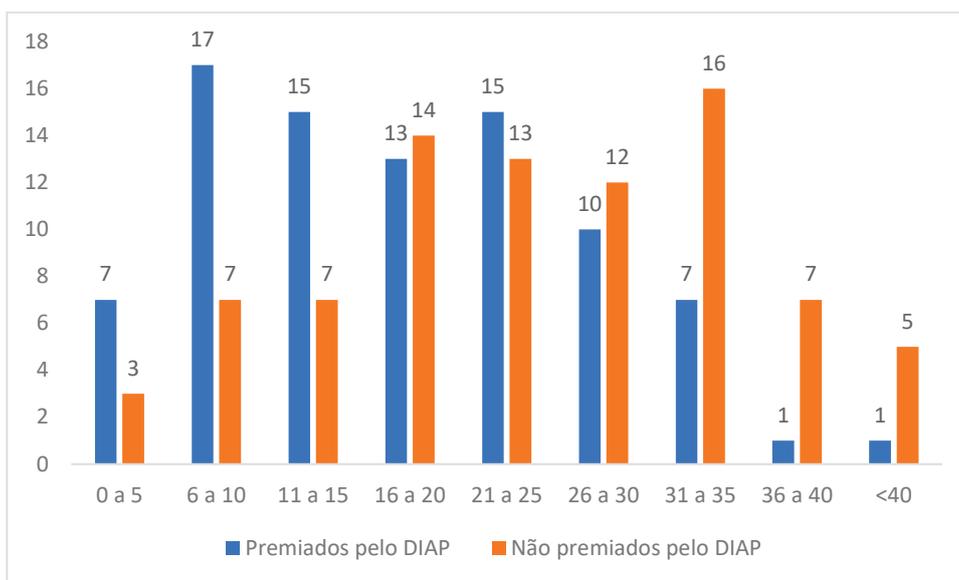


FONTE: a autora (2023).

Além disso, também comparei o tempo em anos que cada um dos grupos passou fora da política. Ainda que tenhamos visto na Tabela 5 que os parlamentares estão bem distribuídos nas faixas de tempo categorizadas, quando comparamos os grupos podemos notar um comportamento interessante. Como pode ser visto no Gráfico 5, os deputados reconhecidos como “Cabeças” do Congresso são maioria

entre aqueles que passaram até 15 anos sem ocupar algum cargo eletivo. Enquanto isso, os não premiados pelo DIAP representam mais de 75% daqueles que passaram mais de 30 anos fora política.

GRÁFICO 5 – Número de casos das faixas de tempo em anos que os deputados federais passaram fora da política entre os grupos de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP



FONTE: a autora (2023).

3.3. Experiência de vida

Observar a experiência de vida dos políticos é essencial para compreendê-los. Uma forma de analisá-la é através da idade que possuíam ao entrar pela primeira vez na Câmara dos Deputados. Seja no início da vida adulta, na meia idade ou na velhice, a literatura nos mostra que cada uma dessas fases pode trazer benefícios para a carreira de um político (KING, 2015; RIDDELL, 1996; ALLEN *et. al.*, 2020).

Absorver conhecimento prático de outras profissões – que não a política – exige que os parlamentares dediquem anos da sua vida adquirindo experiência em cargos não eletivos. Com isto, é esperado que eles não ingressem cedo na política. Isto é visto como positivo por alguns autores, visto que faz com que uma ampla gama de conhecimentos, sobre a indústria, agricultura, negócios etc., sejam levados para dentro do parlamento quando estes se elegerem (KING, 2015; ALLEN *et al.*, 2020).

Todavia, assumir um cargo eletivo ainda jovem também pode ser positivo para se tornar um político de carreira. Riddell (1996) aponta para a importância de entrar cedo na política. Segundo o autor, alcançar o topo da carreira política não é inerente a todos os que entram cedo na vida política, no entanto geralmente quem alcança tal prestígio começou cedo.

A idade mínima de entrada na Câmara dos Deputados do Brasil é aos 21 anos. No entanto, conforme podemos ver na Tabela 6, não é comum que parlamentares tão jovens sejam eleitos para este cargo. Dentre os 170 deputados federais em análise, nenhum deles ingressou na Câmara com a idade mínima permitida. Pelo contrário, apenas 2,9% deles foram eleitos para esse cargo possuindo entre 22 e 25 anos, assim como somente 2,3% deles possuíam mais de 60 anos quando foram eleitos pela primeira vez. Apesar de a faixa etária de entrada que mais concentra políticos ser a de 51 a 55 anos com 21,1%, a partir da faixa dos 31 aos 35 anos já é possível notar uma boa concentração de entrada no parlamento por parte dos deputados federais brasileiros. A entrada dos parlamentares na Câmara dos Deputados está bem distribuída entre as faixas de idade de: 31 a 35 anos (14,7%), 36 a 40 (15,3%), 41 a 45 (15,8%), 46 a 50 (17%) e 51 a 55 (21,1%).

Considerando apenas faixas etárias que mais concentram políticos (31 a 55 anos), a média de idade de entrada dos parlamentares é de 44 anos. Devido a estrutura de oportunidades existente no Brasil, é comum que tanto deputados federais quanto senadores acumulem experiência política em outros cargos eletivos antes de alcançar as Câmaras Baixa e Alta. Passagens por cargos no legislativo municipal e estadual marcam essas trajetórias, o que justificaria a entrada no legislativo federal já na meia idade, indicando uma razoável associação entre os recursos políticos acumulados na trajetória dos parlamentares e seu sucesso eleitoral (COSTA, 2010).

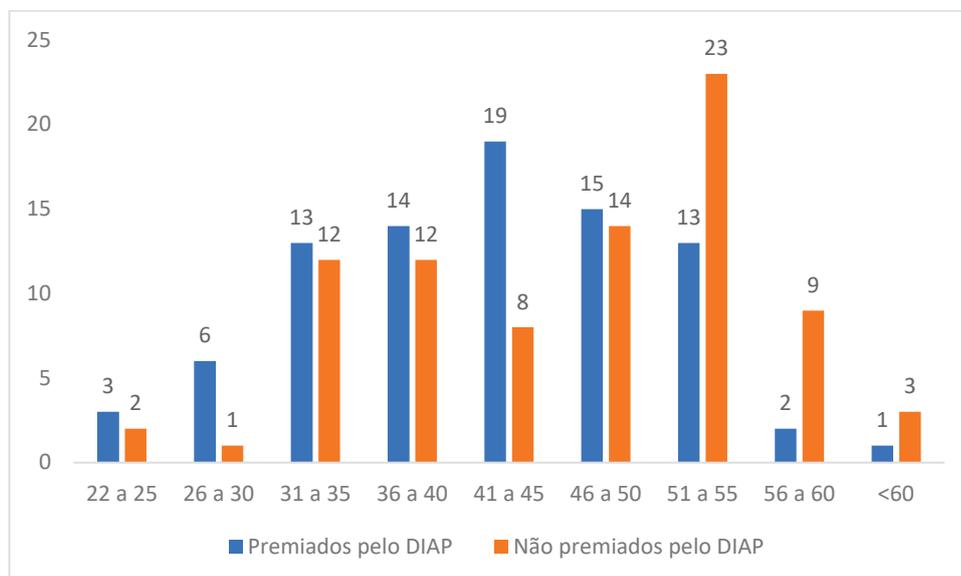
TABELA 6 – Descritivo da dimensão de experiência de vida

EXPERIÊNCIA DE VIDA		
Idade de entrada na Câmara dos Deputados	Porcentagem (%)	Frequência
22 a 25	2,94	5
26 a 30	4,11	7
31 a 35	14,7	25
36 a 40	15,3	26
41 a 45	15,89	27
46 a 50	17,06	29
51 a 55	21,17	36
56 a 60	6,47	11
>60	2,36	4
Total	100	170

FONTE: a autora (2023).

Ao comparar a idade de entrada na Câmara dos Deputados entre os premiados e os não premiados pelo DIAP, notei que os “Cabeças” do Congresso são, em sua maioria, eleitos ainda jovens para a Câmara Baixa. Ainda que a diferença do acesso precoce entre os grupos não seja grande, com exceção das faixas “26 a 30” anos e dos “41 aos 45”, quando nos referimos à entrada tardia os não premiados pelo DIAP se destacam. Os não “Cabeças” do Congresso que entraram na Câmara dos Deputados pela primeira vez aos 51 anos ou mais representam 20% dos deputados analisados nesta pesquisa. O Gráfico 6 ilustra a comparação entre os grupos.

GRÁFICO 6 – Comparação das faixas de idade de entrada na Câmara dos Deputados entre os grupos de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP



FONTE: a autora (2023).

3.4. *Ambição política*

A sobrevivência política é um objetivo central para a construção e consolidação de carreiras políticas. Portanto, é necessário conhecer bem o sistema político em que se está inserido a fim de traçar estratégias que os faça alcançar o sucesso eleitoral. O sistema político brasileiro é classificado como um sistema multinível, pois não apresenta uma hierarquia bem definida entre os cargos eletivos disponíveis, nem mesmo uma única direção para os movimentos de carreira a serem tomados. A busca pela diminuição dos riscos eleitorais, faz com que haja um incentivo para a alta circulação entre cargos (SANTOS, 1999; BORCHERT, 2009, 2011; LIMA, 2017).

Ao analisar a estrutura de oportunidades, com uma hierarquia bem definida entre os cargos e previsíveis movimentos de carreira dos governadores e senadores dos Estados Unidos, Schlesinger (1966) identificou alguns tipos de ambição política: ambição progressiva, que representa o desejo por ocupar cargos mais altos do que o já ocupado na hierarquia; ambição estática, que se trata da busca pela reeleição; e ambição discreta, que é caracterizada pela escolha por não se candidatar a um novo cargo ou mandato. Diferente dos Estados Unidos, devido às diferentes trajetórias dos movimentos de carreira, no Brasil é comum observarmos também um outro tipo de ambição: ambição regressiva, que se caracteriza pela escolha por um cargo de menor expressão quando comparado ao já ocupado (LEONI, PEREIRA; RENNÓ, 2003).

Nesta dimensão de análise do índice, utilizei como indicadores de ambição política as escolhas de carreira dos deputados federais e o sucesso eleitoral nessas escolhas. A ideia é acompanhar seus movimentos de carreira ao longo dos 8 anos que sucedem sua eleição em 2014, ou seja, nas eleições municipais de 2016 e 2020 e nas eleições gerais de 2018 e 2022.

Para descrever as escolhas de carreira dos parlamentares, as classifiquei a partir dos quatro tipos de ambição mencionados acima. Nos casos em que o tipo de ambição permite mais de um cargo eletivo (progressiva e regressiva), é possível conferir os possíveis cargos através da seção 2.1 ou da nota da Tabela 7.

Abaixo, a Tabela 7 apresenta uma grande discrepância entre aqueles que optaram por uma ambição discreta nas eleições municipais e nas eleições gerais. Em 2016 e 2020, 86,4% dos parlamentares optaram por não concorrer a outros cargos, dando prioridade a continuar seus mandatos na Câmara dos Deputados. Em 2018 e

2022, o cenário é muito diferente. Além de contar com uma maior variedade de cargos, há ainda o incentivo do final do mandato que os motiva a se candidatar para não pausar suas carreiras políticas (SAINZ *et al.*, 2022). Em 2018, apenas 12,3% dos congressistas analisados tiveram ambição discreta. Já em 2022, aqueles que optaram por não concorrer representam 37,6% do grupo analisado. Apesar do salto de 21 deputados em 2018 para 64 em 2022, estes números ainda são muito baixos quando comparados aos das eleições municipais.

Quando se trata das eleições gerais, o comportamento mais recorrente é que os parlamentares optem por tentar uma reeleição ao cargo de deputado federal (O'GRADY, 2018; SAINZ *et al.*, 2022). Portanto, podemos observar também na Tabela 7 que tanto em 2018 quanto em 2022 a preferência foi pela ambição estática. Em 2018, 71,7% dos congressistas buscaram a reeleição e 64,7% deles obtiveram êxito em suas candidaturas. Visto que pouco mais de 35% dos que tentaram se reeleger não obtiveram sucesso eleitoral, é natural que em 2022 o número daqueles que tentaram novamente o cargo de deputado federal seja reduzido. Em 2022, apenas 48,8% dos atores analisados nesta pesquisa tentaram ser eleitos para a Câmara Baixa e a taxa daqueles que foram eleitos foi de 65%.

Com exceção daqueles que decidem não concorrer nas eleições municipais de meio de mandato – seja por não estar disposto a regredir na carreira ou por não querer competir em uma eleição majoritária em cargos no executivo municipal –, podemos notar que a escolha mais comum dos parlamentares é pela permanência na Câmara dos Deputados (SAINZ *et al.*, 2022). Leoni, Pereira e Rennó já alertavam sobre isso em 2003 quando afirmaram que a carreira na Câmara é muito atraente. Segundo eles, aqueles que buscam a reeleição não são tão diferentes daqueles parlamentares que optam pela ambição progressiva. Uma de suas justificativas é que um político que já possui uma posição poderosa na Câmara, por exemplo, daria preferência a permanecer na casa (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003). Além disso, se observarmos as taxas (%) de sucesso eleitoral na Tabela 7, notamos que, dentre os eleitos, os que optaram pela ambição estática obtiveram mais sucesso que os demais.

As escolhas de carreira menos recorrentes são pela ambição progressiva e ambição regressiva. Considerando que os políticos calculem os prós e contras de uma candidatura, é possível que optar por candidatar-se a um cargo mais alto na estrutura de oportunidades e encarar uma eleição majoritária sejam de um risco que eles não

estão dispostos a correr. Tanto nas eleições municipais quanto nas eleições gerais, apenas um pequeno grupo se aventurou em uma ambição progressiva. No caso das municipais, apenas 8,2% em 2016 e 4,1% em 2020 se candidataram ao cargo de prefeito em alguma capital de estado, nenhum deles se elegeu. É fato que se trata de um número reduzido de vagas, pois há apenas 26 prefeituras de capital disponíveis em 2016 e 26 em 2020, no entanto, a diferença não é tão grande quando analisamos as eleições gerais. Em 2018, apenas 12,9% do grupo demonstrou ter uma ambição progressiva, sendo que somente 22,7% deles foram eleitos. Em 2022, os números são ainda mais baixos, pois dentre os 8,2% que optaram por uma ambição progressiva somente 2 deles (ou 14,2%) foram eleitos.

A escolha pela ambição regressiva foi minoria, com exceção do ano de 2020. Em 2016, apenas 9 deputados (5,3%) optaram por um cargo abaixo na estrutura de oportunidades definidas por esta pesquisa. Em 2022, já nas eleições gerais, também tivemos a mesma quantidade. A diferença entre esses dois casos está na quantidade de eleitos, pois em 2016 três deles se elegeram (33,3%) enquanto em 2022 somente dois parlamentares obtiveram sucesso eleitoral (22,2%). Nas gerais de 2018, registramos que apenas 5 deputados (2,9%) demonstraram a escolha pela ambição regressiva. Dentre eles, 2 se elegeram (40%). Diferente dos demais anos, em 2020 mais políticos optaram por uma ambição regressiva (9,4%) do que progressiva (4,1%). Ainda assim, apenas 16 parlamentares pleitearam uma vaga no legislativo municipal ou em prefeituras (exceto para o cargo de prefeito de capital), onde se elegeram mais da metade dos candidatos (56,2%) conforme pode ser visto na Tabela 7.

TABELA 7 – Descritivo da dimensão de ambição política

AMBIÇÃO POLÍTICA				
ESCOLHA DE CARREIRA				
Tipo de ambição	Frequência (%)			
	2016	2018	2020	2022
Progressiva*	14 (8,23%)	22 (12,94%)	7 (4,11%)	14 (8,23%)
Regressiva**	9 (5,3%)	5 (2,94%)	16 (9,42%)	9 (5,3%)
Estática***	0	122 (71,77%)	0	83 (48,82%)
Discreta****	147 (86,47%)	21 (12,35%)	147 (86,47%)	64 (37,65%)
Total	170 (100%)	170 (100%)	170 (100%)	170 (100%)
SUCESSO ELEITORAL				
Eleitos por tipo de ambição	Frequência (%)			
	2016	2018	2020	2022
Progressiva	0	5 (22,7%)	0	2 (14,2%)
Regressiva	3 (33,3%)	2 (40%)	9 (56,2%)	2 (22,2%)
Estática		79 (64,7%)		54 (65%)

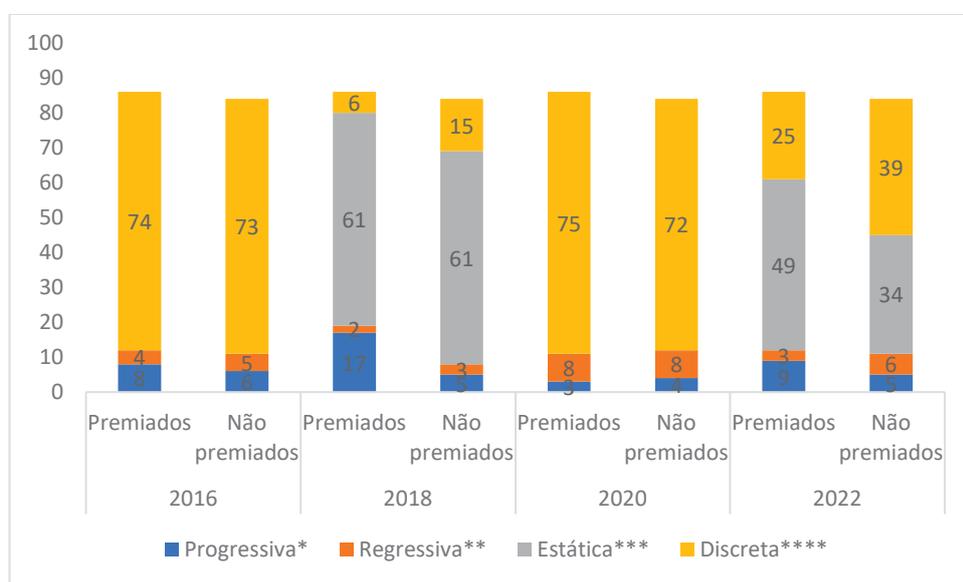
NOTA: *Engloba os seguintes cargos: prefeito de capital de estado, senador, governador, vice-presidente e presidente. ** Engloba os seguintes cargos: vereador de não capital de estado, vereador de capital de estado, vice-prefeito de não capital, vice-prefeito de capital, deputado estadual, prefeito de não capital e vice-governador. ***Engloba quem concorreu para o mesmo cargo, que neste caso é o de deputado federal. ****Engloba aqueles que optaram por não concorrer a cargos eletivos no pleito indicado.

FONTE: a autora (2023).

O Gráfico 7 nos permite visualizar as escolhas de carreira dos deputados premiados pelo DIAP e dos não premiados em cada uma das legislaturas analisadas. Nas eleições municipais de 2016 e 2020, os parlamentares tiveram um comportamento muito parecido. Ambos os grupos priorizaram a ambição discreta e tiveram poucos representantes nas ambições regressiva e progressiva. Os “Cabeças” do Congresso se arriscaram mais a cargos considerados mais altos na hierarquia em 2016, porém em 2020 os não “Cabeças” foram maioria. A diferença, no entanto, é mínima em ambos os casos.

Nas eleições gerais de 2018 e 2022 é possível notar um padrão de comportamento entre os grupos. Os parlamentares reconhecidos pelo DIAP, além de priorizarem o cargo na Câmara Baixa, foram maioria entre os que optaram por uma ambição progressiva. Já os não premiados pelo DIAP foram os que mais buscaram cargos menos importantes que o cargo de deputado federal ou que optaram por não concorrer a cargo nenhum. Para mais detalhes, consultar o Anexo 2.

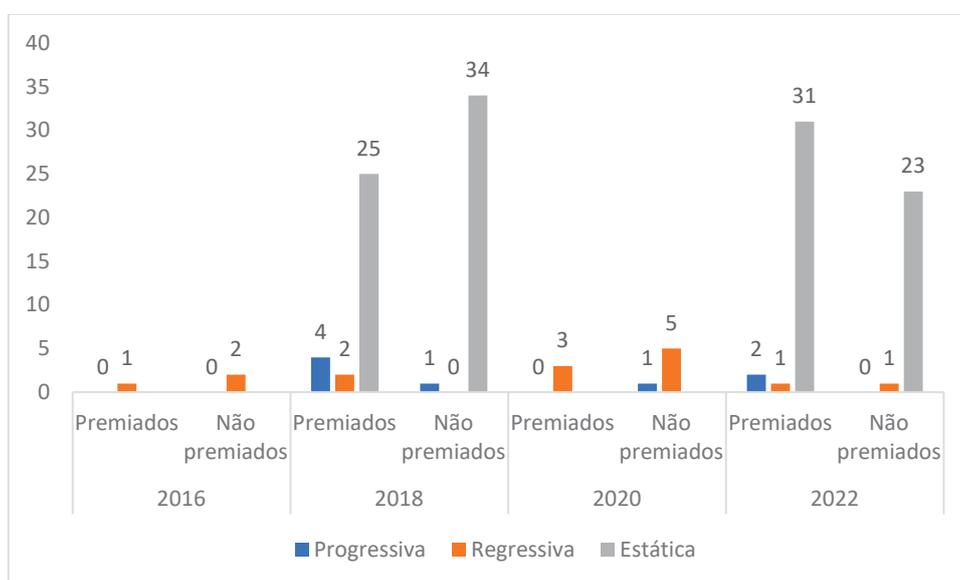
GRÁFICO 7 – Comparação das escolhas de carreira dos deputados federais por grupo de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP nos anos de 2016, 2018, 2020 e 2022



FONTE: a autora (2023).

Já no Gráfico 8 podemos observar o número de eleitos premiados e não premiados pelo DIAP. Visto que a preferência dos parlamentares é pela ambição estática, é comum que haja um maior número de eleitos para o cargo de deputado federal. Curiosamente, ainda que ambos os grupos tenham tido a mesma quantidade de parlamentares se candidatando à Câmara Baixa em 2018 (Gráfico 7), os não premiados tiveram mais incumbentes eleitos. Já em 2022 a lógica se inverteu, pois o número de deputados federais eleitos foi maior entre os “Cabeças” do Congresso. Para ver mais detalhes em frequência e porcentagem, consultar o Anexo 2.

GRÁFICO 8. Número de casos de deputados federais eleitos por grupo de parlamentares premiados pelo DIAP e não premiados pelo DIAP nos anos de 2016, 2018, 2020 e 2022



FONTE: a autora (2023).

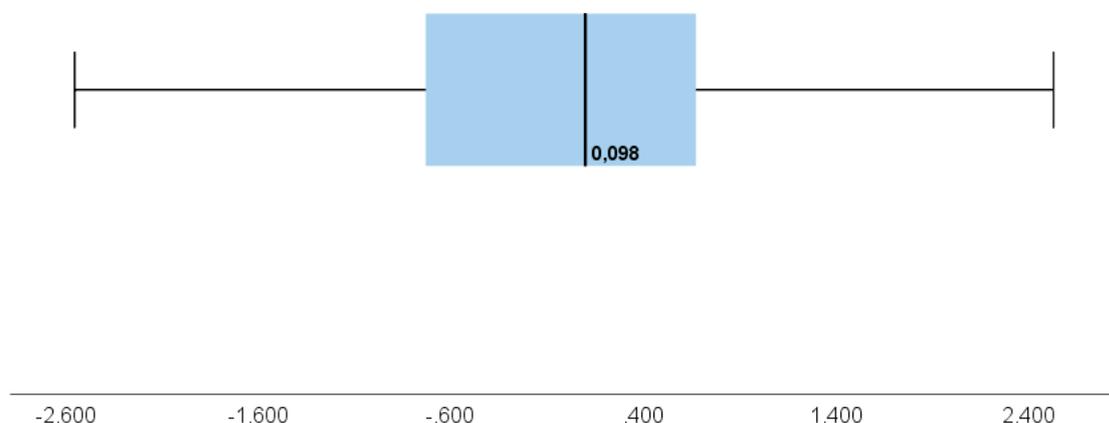
No capítulo seguinte, apresento o índice de profissionalização dos 170 parlamentares analisados e comparo os graus de profissionalização dos “Cabeças” do Congresso e dos não “Cabeças”. Em seguida, comparo ambos os grupos por cada uma das dimensões que estão sob análise nesta pesquisa.

4. Índice de profissionalização política

Os resultados obtidos através do índice geral dos parlamentares premiados e não premiados demonstram uma variação entre -2,55 (menos profissional) e 2,52 (mais profissional). No Gráfico 9, é possível visualizar a distribuição desses atores entre os valores mínimos e máximos representados no *boxplot*.

Os parlamentares representados entre o ponto inicial do gráfico e o primeiro quartil (1Q) possuem valores de até -0,73. A mediana indica o ponto central de um conjunto, neste caso ela corresponde ao valor central do índice que é 0,09. Isto significa que os deputados federais que estão dispostos entre o primeiro quartil e a mediana assumem valores entre -0,73 e 0,09. A partir da mediana, todos os indivíduos que se encontram até o terceiro quartil (3Q) assumem um valor máximo no índice de 0,67. Por fim, o gráfico de barras indica a distribuição daqueles que se encontram entre o terceiro quartil e o valor máximo de 2,52. Estes valores também podem ser consultados na Tabela 8.

GRÁFICO 9 – *Boxplot* do índice geral de profissionalização política para ambos os grupos (premiado e não premiados pelo DIAP)



FONTE: a autora (2023).

TABELA 8 – Estatísticas descritivas do índice geral de profissionalização política

Estatística	Índice de profissionalização política
Mínimo	-2,55
1Q	-0,73
Mediana	0,09
Média	-1,3
3Q	0,67
Máximo	2,52

FONTE: a autora (2023).

Após a obtenção dos resultados do índice, apliquei o teste Kolmogorov-Smirnov que apresentou uma distribuição simétrica dos casos, $p > 0,05$ (ver histograma no Anexo 3). Em seguida, devido à normalidade presente no conjunto de dados, utilizamos o teste estatístico T de Student para comparar as médias do índice de profissionalização dos grupos de deputados federais premiados e não premiados. Assumimos como hipótese nula (h_0) que ambos os grupos possuem a mesma média no índice de profissionalização. A hipótese alternativa (h_1) assume que as médias do índice dos grupos de premiados e não premiados diferem entre si.

Enquanto os parlamentares não premiados apresentam uma média de -0,28, o grupo composto pelos “Cabeças” do Congresso possui uma profissionalização média de 0,28. Além da visível diferença numérica entre os grupos, o teste paramétrico aplicado nos retornou um p-valor $< 0,05$. O p-valor inferior a 0,05 nos leva a assumir a hipótese alternativa (h_1) que considera que há uma diferença estatística significativa quanto ao índice de profissionalização dos grupos analisados, como pode ser visto na Tabela 9 e no Gráfico 10.

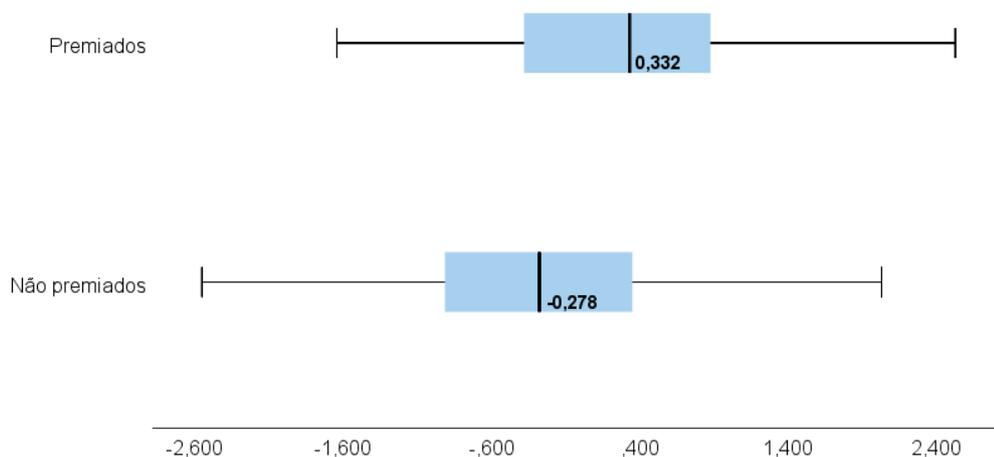
TABELA 9 – Comparação das estatísticas dos grupos e resultados do teste T de Student

Estatística	Índice de profissionalização política	
	Não premiados	Premiados
Mínimo	-2,55	-1,64
Mediana	-0,27	0,33
Média	-0,28	0,28
Máximo	2,03	2,52

NOTA: $t(168) = -3.869$; p-valor $< 0,05$.

FONTE: a autora (2023).

GRÁFICO 10 – Comparação do índice de profissionalização política entre o grupo de tratamento (premiados DIAP) e controle (não premiados DIAP)



NOTA: $t(168) = -3.869$; p -valor $< 0,05$.

FONTE: a autora (2023).

Buscando uma melhor compreensão dos dados, aprofundi a análise comparando a profissionalização desses grupos a partir de cada uma das dimensões de análise que compõem o índice. Visto que a distribuição dos casos nesta análise fragmentada não apresentou normalidade ($p < 0,05$), não pude aplicar o teste T de Student. Neste caso, utilizei o teste estatístico *Mann-Whitney*⁹ que compara as tendências centrais de dois grupos.

Assim como foi realizada uma comparação entre os “Cabeças” e os não “Cabeças” do Congresso no índice geral, também testei a hipótese nula (h_0) e a hipótese alternativa (h_1) em cada uma das dimensões que compõem o nosso modelo. A Tabela 10 e o Gráfico 11 apresentam mais detalhes.

⁹ Ao observar que os índices perdem a normalidade quando analisados separadamente por dimensão, realizamos o teste de *Mann-Whitney* por se tratar de grupos não-paramétricos. Ver histogramas nos Anexos 4, 5, 6 e 7.

TABELA 10 – Comparação entre a profissionalização de não premiados e premiados pelo DIAP por cada dimensão de análise

Comprometimento	Não premiado	Premiado	Background profissional	Não premiado	Premiado
Mínimo	-1,11	-1,11	Mínimo	-2,94	-2,94
Média	-0,41	0,40	Média	0,10	-0,10
Mediana	-0,65	0,24	Mediana	0,39	0,06
Máximo	2,06	4,25	Máximo	1,5	1,33
Teste de Mann-Whitney (<i>p-valor</i>)	<0,05		Teste de Mann-Whitney (<i>p-valor</i>)	<0,05	
Experiência de vida	Não premiado	Premiado	Ambição política	Não premiado	Premiado
Mínimo	-1,32	-1,37	Mínimo	-1,64	-1,64
Média	-0,17	0,17	Média	-0,12	0,12
Mediana	-0,44	-0,10	Mediana	-0,30	0,27
Máximo	3,55	3,48	Máximo	3,01	3,34
Teste de Mann-Whitney (<i>p-valor</i>)	<0,05		Teste de Mann-Whitney (<i>p-valor</i>)	>0,05*	

NOTA: *com exceção da dimensão da ambição política, que retornou p-valor igual a 0,051¹⁰, as demais dimensões apresentaram p-valor inferior a 0,05.

Para visualizar os boxplots por dimensão de análise, consultar o Gráfico 11 ou os Anexos 8, 9, 10 e 11.

FONTE: a autora (2023).

A hipótese nula (h_0) foi rejeitada em três das quatro dimensões analisadas. Isto significa que ambas obtiveram p-valor menor que 0,05 e, portanto, que existe diferença estatística entre os grupos nas dimensões de comprometimento com a atividade política, *background* profissional e experiência de vida. No caso da ambição política, o teste *Mann-Whitney* reteve a hipótese nula (h_0) indicando não haver diferença entre os parlamentares premiados e não premiados.

Quando analisei exclusivamente o comprometimento dos deputados, pude perceber que os representantes de ambos os grupos possuem como ponto de partida, ou valor mínimo, o valor de -1,11. No entanto, o valor máximo alcançado é de parlamentares do grupo dos premiados que atinge 4,25 em comparação ao 2,06 do grupo de tratamento (não premiados). Uma outra forma de observar a diferença do comprometimento desses grupos é observando as suas tendências centrais. Os

¹⁰ Gelman (2012) classifica os testes de significância em 3 tipos: $p \leq 0,01$ como altamente significativa, $p \leq 0,05$ como marginalmente significativa e $p > 0,1$ não tem significância. No caso da ambição política, ainda que esteja próximo aos valores dos marginalmente significantes, o p-valor equivalente a 0,051 não se enquadra em nenhum dos tipos mencionados. Por esse motivo, nesta pesquisa, não me baseei por esta classificação.

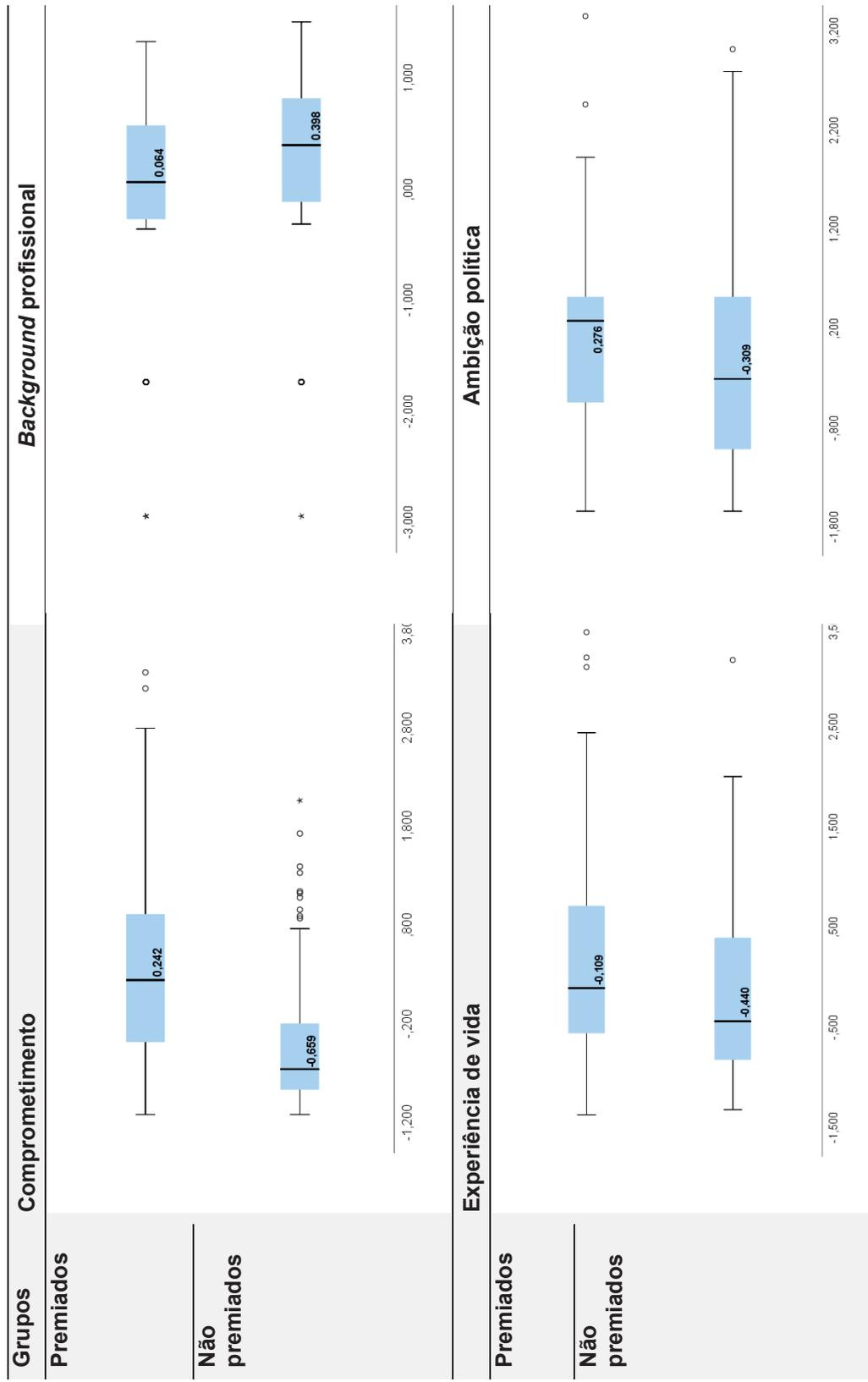
“Cabeças” do Congresso se destacam com uma média (0,4) e mediana (0,24) mais altas do que os não “Cabeças”.

Enquanto isso, apesar de o teste *Mann-Whitney* indicar que há diferença estatística no *background* profissional dos 2 grupos, ao compará-los foi possível observar que os parlamentares não premiados são mais profissionais do que os “Cabeças” nesta dimensão. Ambos apresentam o mesmo valor mínimo (-2,94), porém os não “Cabeças” se destacam nas demais medidas aplicadas. Isto se confirma quando comparamos suas médias (0,1 para os premiados contra -0,1 dos não premiados) e medianas (0,39 para os premiados contra 0,06 dos não premiados).

Ao comparar a experiência de vida dos grupos, mantive a hipótese alternativa (h_1) que afirma que há diferença estatística entre os premiados e não premiados pelo DIAP. Apesar de registrar que a pontuação mínima (-1,37) alcançada nesta escala de profissionalização é do grupo dos “Cabeças” do Congresso e a máxima é dos não premiados (3,57), a diferença nesses casos se dá por poucos centésimos. No entanto, quando observamos as medidas de tendência central a diferença entre eles é mais perceptível. Enquanto a média e mediana dos premiados são 0,17 e -0,1, respectivamente, a dos não premiados são -0,17 e -0,44, respectivamente.

Por fim, não encontrei diferença estatisticamente significativa entre a ambição política dos “Cabeças” e não “Cabeças” do Congresso. Isto se deu pois o p-valor desta última dimensão é igual a 0,051. Este valor, no entanto, é muito próximo ao $p < 0,05$ necessário para rejeitar a hipótese nula (h_0). Ainda assim, se compararmos as medidas centrais desse grupo, veremos que os premiados pelo DIAP apresentam média (0,12) e mediana (0,27) mais altas que a do outro grupo.

GRÁFICO 11 – Comparação do Índice de profissionalização política por dimensão de análise entre o grupo de premiados DIAP e não premiados



FONTE: a autora (2023).

Em suma, podemos observar que o modelo adotado por esta pesquisa para mensurar a profissionalização política de deputados federais brasileiros é consistente. Ao dividir os parlamentares em dois grupos, onde o grupo de tratamento é um grupo politicamente distinto – que aqui entendemos por ser reconhecido pelo DIAP como “Cabeça” do Congresso) –; e o grupo de controle não, verificamos que os “Cabeças” dos Congresso são mais profissionais do que os não “Cabeças”.

Como forma de complementar a análise, busquei comparar as médias dos grupos de premiados e não premiados com recortes de gênero, cor e ideologia partidária. No entanto, os testes não retornaram significância estatística como pode ser visualizado nos Anexos 12, 13 e 14.

5. Discussão

A aplicação de um índice multidimensional para mensurar carreiras políticas no Parlamento britânico resultou em um modelo consistente, capaz de capturar a distância entre os parlamentares que ocuparam algum cargo ministerial (índice médio do grupo: 0,74) e aqueles que não ocuparam (-0,145). Seus resultados demonstram que o grupo dos *ministers* também é superior em carreirismo político quando comparados ao dos *backbenchers* por dimensão de análise – comprometimento, *background* ocupacional, experiência de vida e ambição política (ALLEN *et al.*, 2020, p. 14).

Dadas as devidas adaptações que foram necessárias para que esse modelo pudesse ser reproduzido e aplicado aos deputados federais brasileiros, e considerando que esta pesquisa trata carreira política como *proxy* de profissionalização política, é possível afirmar que os parlamentares que possuem uma distinção política (índice médio do grupo: 0,28) são mais profissionais do que o grupo de não premiados pelo DIAP (-0,28).

Ainda que não se trate de uma comparação entre a profissionalização de parlamentares brasileiros e britânicos, se compararmos a distância entre a média do índice dos parlamentares mais e menos profissionais nos Parlamentos britânico e brasileiro, notamos que o caminho a ser percorrido pelos não premiados pelo DIAP até a profissionalização média dos “Cabeças” do Congresso (0,56) é menor do que o que os *backbenchers* precisam para alcançar o nível de profissionalização dos *ministers* (0,88).

Além disso, apesar de verificarmos que o grupo dos “Cabeças” do Congresso é mais profissional do que o dos não “Cabeças”, a superioridade dos premiados pelo DIAP não é unânime quando comparamos o índice de profissionalização por dimensão de análise. Destaco duas dimensões que não confirmam estatisticamente a superioridade dos “Cabeças” do Congresso: ambição política e *background* profissional.

No caso da ambição política, ainda que as medidas centrais do grupo dos premiados sejam mais altas, o teste *Mann-Whitney* indica que não há diferença entre eles ($p > 0,05$). Visto que no Brasil as eleições municipais são tratadas por alguns políticos como uma forma de aumentar sua visibilidade eleitoral e, conseqüentemente,

ampliar suas chances de sucesso eleitoral (GRAÇA; SOUZA, 2014), este resultado é compreensível.

Já no segundo caso, em que os não premiados pelo DIAP são mais profissionais que os premiados na dimensão do *background* profissional. Embora o resultado não seja o esperado, é importante ressaltar que as dimensões do *background* profissional e da experiência de vida no modelo original (ALLEN *et al.*, 2020) possuem indicadores que podem se sobrepor. Para explicar como Allen *et al.* (2020) operacionalizam essas dimensões, tomarei como exemplo um parlamentar hipotético que passou 30 anos de sua vida em uma profissão politicamente consciente, logo ele ingressou em cargos políticos na chamada “meia-idade”. Para Allen *et al.* (2020), ao mesmo tempo em que na dimensão de *background* profissional este parlamentar é mais carreirista por ocupar por muitos anos uma profissão politicamente consciente, na dimensão da experiência de vida seu índice será puxado para baixo por ele não ter entrado ainda jovem na política.

Os autores argumentam que essa sobreposição de variáveis é inevitável devido à falta de consenso sobre o conceito de carreira política tanto na academia quanto no discurso político. No entanto, peço a atenção para dois pontos. O primeiro é que, ao fazer isso, os autores podem estar anulando total ou parcialmente uma das duas dimensões que possuem indicadores sobrepostos. Isto se dá porque as dimensões possuem pesos iguais no índice final, portanto, enquanto uma eleva a pontuação do parlamentar no índice de carreirismo, a outra está sendo derrubada em outra dimensão, o que pode não ser favorável para o produto final, visto que a composição final do índice é representada pela soma do índice de cada uma das quatro dimensões¹¹. O segundo ponto se refere ao fato de que ao abordarem em sua revisão de literatura a existência dessa confusão conceitual, eles não detalham como mensuraram ou a quem se referem quando falam de discurso político.

Ainda assim, como forma de testar se o mesmo processo aconteceria com os deputados federais do Brasil, tal sobreposição também foi trazida para a reprodução do índice de profissionalização política aplicado nesta pesquisa. Essa medida pode ter sido problemática para o caso brasileiro, já que resultou em uma maior profissionalização dos não premiados na dimensão do *background* profissional. Além

¹¹ $X[i]$ profissionalização política = Padronização ($X[i]$ comprometimento + $X[i]$ *background* profissional + $X[i]$ experiência de vida + $X[i]$ ambição política).

disso, lidei com alguns obstáculos para trabalhar com a dimensão do *background* profissional.

O primeiro obstáculo ao lidar com o *background* profissional nesta pesquisa surgiu porque tive que lidar com as profissões declaradas no site da Câmara dos Deputados. Esta não é uma fonte tão precisa quanto a que Allen *et al.* (2020) tiveram acesso, através de entrevistas e buscas on-line em fontes complementares. Enquanto eles puderam perguntar qual, de fato, foi a profissão predominante dos membros do Parlamento britânico, tive de lidar com uma fonte de dados em que 46,5% dos deputados federais declaram duas ou mais profissões, muitas delas bem diferentes entre si. Impedindo-me, dessa forma, de saber qual das profissões declaradas por cada parlamentar foi sua ocupação prévia predominante e nos levando a ter que considerar todas as ocupações para fazer a classificação.

O segundo obstáculo está na estratégia adotada para classificar essas profissões (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014). Apesar de os autores terem listado as profissões dos membros do Parlamento britânico e as dividido em “profissões políticas”, “politicamente conscientes” e “não políticas” (ALLEN *et al.*, 2020), não tenho como garantir que os critérios utilizados para definir pelo menos as duas últimas classificações funcionaria para o Brasil. Além disso, estaria correndo o risco de não conseguir categorizar toda(s) a(s) profissão(ões) dos deputados federais brasileiros caso alguma delas não estivesse presente na lista divulgada no modelo original.

Por esse motivo, optei por utilizar um modelo de classificação já elaborado tendo por base candidatos brasileiros. Por outro lado, a classificação que utilizei é um índice sobre a origem social do parlamentar, que mensura profissões de origem que estão mais ou menos predispostas a facilitar uma carreira política. Não se trata de um índice que mede profissionalização política através da ocupação (CODATO; COSTA; MASSIMO, 2014).

Ao fim da classificação, como pode ser visto na Tabela 5, ou com mais detalhes no Anexo 13, verificamos que 81% dos deputados federais possuem uma profissão altamente predisposta para a política. Isto mostra que, pelo menos no indicador de ocupação, o grupo é muito homogêneo.

O Gráfico 4 reforça essa informação quando nos mostra que praticamente não há diferença entre a predisposição da ocupação entre premiados e não premiados

pelo DIAP. Aparentemente, o que diferencia os grupos é o segundo indicador desta dimensão: os anos fora da política. No entanto, esta medida privilegia (ou atribui pontuação) (a)os que possuem alta predisposição política, que representa a maioria dos deputados.

Tendo em vista as considerações levantadas, torna-se necessário repensar o uso da dimensão do *background* profissional para mensurar profissionalização política no Brasil. A homogeneidade do grupo, no que diz respeito ao primeiro indicador dessa dimensão – ocupação –, poderia indicar que uma profissão de origem social com alta predisposição política é essencial para acessar a Câmara dos Deputados, visto que tanto “Cabeças” do Congresso quanto não “Cabeças” se encaixam nessa classificação.

No entanto, a fonte dos meus dados me impossibilita de fazer essa afirmação. Considerando que pouco mais da metade (53,5%) dos parlamentares analisados possuem o registro de apenas uma profissão no site da Câmara, é possível que um deputado tenha sido classificado com alta predisposição política mesmo não tendo atuado por muito tempo na profissão que o alçou a essa posição. Em outras palavras, mesmo que essa não tenha sido sua carreira pré-parlamentar predominante.

O modelo original utiliza como indicador os anos que cada parlamentar passou na carreira pré-parlamentar predominante. Visto que essas informações foram coletadas diretamente com os membros do Parlamento britânico, é possível não só classificar corretamente a ocupação, como também indicar se quanto mais tempo atuando nessa profissão mais expertise será levada para a atuação parlamentar. A ausência dessa precisão da fonte me leva a questionar o segundo indicador do índice reproduzido nesta pesquisa.

Por não ter uma informação precisa sobre a carreira pré-parlamentar predominante e o tempo que cada um passou nessa carreira, utilizei os anos que os parlamentares passaram fora da política. O entendimento foi de que se o parlamentar está classificado em uma ocupação de alta predisposição política, quanto mais tempo ele passa fora da política, mais profissional ele é. Porém, os resultados desta pesquisa nos fazem questionar essa aplicação. Visto que não tenho como garantir que o deputado federal passou todos esses anos fora atuando em uma ocupação com alta

predisposição política, a ponto de que assim adquirisse mais expertise para levar para a Câmara Baixa, talvez essa análise precise ser revista.

O indicador de anos fora da política não necessariamente precisa ser descartado, mas talvez pudesse ser mensurado de uma forma diferente, como por exemplo: quanto menos tempo fora da política, mais profissional é o parlamentar. Este não se confundiria com o indicador de experiência de vida – idade de entrada na Câmara dos Deputados –, pois o tempo fora da política também abrange a eleição a outros cargos que não o de deputado federal. No entanto, talvez pudesse migrar da dimensão do *background* profissional para a experiência de vida.

Apesar das críticas à sobreposição de variáveis no modelo original e à adaptação da dimensão do *background* profissional nesta pesquisa, considero que, além de ser consistente para mensurar carreira política, o índice é eficiente para mensurar profissionalização política no Brasil. Ainda que a diferença estatística entre premiados e não premiados pelo DIAP por dimensão de análise tenha sido confirmada apenas parcialmente, o índice geral de profissionalização política confirma que aqueles que possuem alguma distinção política são mais profissionais do que os demais parlamentares.

O uso dos “Cabeças” do Congresso como *proxy* de distinção política também se mostrou eficiente. Apesar dos questionamentos que podem ser levantados à falta de transparência na operacionalização dos métodos posicional, decisional e reputacional para a seleção anual dos 100 “Cabeças” do Congresso, como por exemplo se há uma hierarquia entre os métodos, se são complementares ou alternativos entre si etc., fato é que se trata de uma boa medida para diferenciar os deputados federais mais ou menos profissionais (GABRIEL *et. al*, 2022).

Diante disso, me surgiu o seguinte questionamento: os “Cabeças” do Congresso são selecionados pelo DIAP por serem mais políticos profissionais que os demais ou são mais políticos profissionais do que os demais por serem reconhecidos como “Cabeças” do Congresso? A fim de respondê-lo, foi preciso comparar os critérios de seleção e as categorias utilizadas pelo Departamento com os indicadores e resultados encontrados por esta pesquisa.

Na dimensão do comprometimento com a atividade política, podemos verificar que seus dois indicadores estão diretamente ligados aos métodos posicional e

decisional. Primeiramente, ao mensurar a intensidade de trabalho, verifiquei as posições que cada um deles ocupou na Câmara dos Deputados. A presença na Mesa Diretora é o critério mais forte dessa variável e, mesmo que não haja fatura de detalhes, também se trata de um critério aplicado pelo DIAP na premiação.

Na mesma dimensão, quando nos referimos à duração em anos na Câmara dos Deputados, e na dimensão da experiência de vida, que mensura a idade de entrada na política, é possível verificar mais proximidade com o método decisional e com as categorias utilizadas pelo Departamento para selecionar os premiados. Eles podem ser classificados como: debatedores, articuladores/organizadores, formuladores, formadores de opinião e/ou negociadores. Conforme pode ser observado no Quadro 4 e no próprio relatório do DIAP (2020), para que se encaixem nessas categorias os parlamentares devem ser influentes frente aos demais, ter habilidades legislativas, possuir excelente trânsito na Câmara etc.

O desenvolvimento dessas e de outras *expertises* avaliadas pelo DIAP se dá com o tempo. Portanto, quanto mais jovens ingressarem e quanto mais anos de experiência possuírem enquanto deputados federais, mais profissionais serão e mais chances terão de serem reconhecidos como “Cabeças” do Congresso. Considerando que, quando comparamos os grupos por dimensão de análise, os “Cabeças” do Congresso são mais profissionais que os não “Cabeças” apenas no comprometimento com a política e na experiência de vida, é possível concluir que os “Cabeças” do Congresso são premiados pelo DIAP por serem mais profissionais.

Portanto, também é possível concluir que o índice que mensura profissionalização política funciona quando tomamos o termômetro do DIAP como *proxy* de distinção política. O uso de um modelo multidimensional se prova importante por não se tratar de definir quem é ou não um político profissional, mas de medir quão profissional é o político. Com isto, não se torna necessário que o parlamentar possua fortes atributos em todas as dimensões analisadas, pois a ausência de algumas características (variáveis) pode ser suprida pela presença de outras. Um bom exemplo disso é a força das dimensões do comprometimento com a atividade política e da experiência de vida no grau de profissionalização dos “Cabeças” do Congresso. Ainda que não tenham sido estatisticamente superiores em todas as dimensões, os “Cabeças” são mais profissionais do que os não “Cabeças”.

Conclusões

Nesta pesquisa, investiguei problemáticas metodológicas, empíricas e terminológicas que envolvem o tema da profissionalização política no Brasil. Para isso, comparei o grau de profissionalização de dois grupos de deputados federais brasileiros eleitos em 2014, em que um deles possui uma distinção política – ou seja, é composto por parlamentares reconhecidos pelo DIAP como “Cabeças” do Congresso – e o outro grupo não possui essa distinção.

Os resultados desta pesquisa me levam a concluir que, com as devidas adaptações, a reprodução do índice elaborado por Allen *et al.* (2020) se mostrou uma boa medida para mensurar a profissionalização do político no Brasil. A partir disso, é possível utilizar os termos *político de carreira* e *político profissional* como sinônimos.

O principal limite observado está na natureza dos dados, mais especificamente referente aos dados da dimensão de *background* profissional. Por não ter sido possível identificar a ocupação predominante de cada parlamentar antes de se elegerem e também quanto tempo de vida cada um dedicou a essa profissão, os resultados obtidos nesta dimensão podem não ter sido tão precisos quanto o esperado.

Ainda assim, é possível afirmar que o índice funciona e que possuir uma distinção na política é um indicativo de alta profissionalização, já que os “Cabeças” do Congresso se mostraram mais profissionais que os não premiados pelo DIAP. Esses resultados mostram a importância de mensurar a profissionalização com modelos que permitam fazer análises com múltiplas dimensões, já que a construção das carreiras dos políticos profissionais no Brasil é heterogênea.

É essencial que os estudos sobre profissionalização política avancem. A agenda futura desta pesquisa consiste em aprimorar o índice aqui apresentado e discutido, buscando resolver os problemas metodológicos encontrados no modelo atual e propor um novo índice, com indicadores mais precisos e que nos permitam capturar o grau de profissionalismo político dos parlamentares brasileiros. A partir disso, buscarei compreender a qualidade da representação política no Brasil e seus impactos na forma que a democracia vem sendo praticada no país.

REFERÊNCIAS

ALCÁNTARA, M. **El oficio de político**. Tradução: Renata Oliveira Rufino. Madrid: Editorial Tecnos, 2012.

ALLEN, N.; MAGNI, G.; SEARING, D.; WARNCKE, P. What is a career politician? Theories, concepts, and measures. **European Political Science Review**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 1–19, Mai. 2020. DOI: 10.1017/S1755773920000077.

ALLEN, P. Linking pre-parliamentary political experience and the career trajectories of the 1997 General Election cohort. **Parliamentary Affairs**, [S.l.], v. 66, n. 4, p. 685–707, Out. 2013. DOI: 10.1093/pa/gss030.

ALLEN, P.; CAIRNEY, P. What do we mean when we talk about the ‘Political Class’? **Political Studies Review**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 18–27, Mai. 2015. DOI: 10.1111/1478-9302.12092.

BEST, H.; COTTA, M. **Parliamentary representatives in Europe 1848-2000**. Legislative recruitment and careers in eleven European countries. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BERRY, W.; BERKMAN, M.; SCHNEIDERMAN, S. Legislative professionalism and incumbent reelection: the development of institutional boundaries. **American Political Science Review**, [S.l.], v. 94, n. 4, p. 859–874, Dez. 2000. DOI: 10.2307/2586212.

BOLOGNESI, B. O que é e para que serve? Prós e contras do método comparado em Ciência Política. In: Perissinotto, R; Botelho, J.; Batista, M.; Santos, M. (Ed.) **Política comparada: teoria e método**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022, p. 19-42.

BORCHERT, J. Professional politicians: towards a comparative perspective. In: BORCHERT, J.; ZEISS, J. (Ed.) **The political class in advanced democracies: a comparative perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 1–25.

BORCHERT, J. **Ambition and opportunity in federal systems**: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany, and the United States. Trabalho apresentado no APSA TORONTO MEETING PAPER. Toronto, 2009. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1450640. Acesso em: 23 de fev. 2023.

BORCHERT, J. Individual ambition and institutional opportunity: a conceptual approach to political careers in multi-level systems. **Regional & Federal Studies**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 117–140, Mai. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/13597566.2011.529757>.

BOWEN, D.; GREENE, Z. Should we measure professionalism with an index? A Note on theory and practice in State Legislative professionalism research. **State Politics & Policy Quarterly**, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 277–296, Jul. 2014. DOI: 10.1177/1532440014536407.

CAIRNEY, P. (2007) The professionalisation of MPs: refining the “politics facilitating” explanation. **Parliamentary Affairs**, [S.l.], v. 60, n. 2, p. 212–233, Abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1093/pa/gsm006>.

CODATO, A.; COSTA, L.; MASSIMO, L. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 346-362, Dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203346>.

COSTA, L. **Os representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007)**. 2010. 118 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Campinas, 2010. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2010.785645>.

COTTA, M.; BEST, H. Between professionalization and democratization: a synoptic view on the making of the European representative. *In*: Best, H.; Cotta, M. (Ed.) **Parliamentary representatives in Europe 1848-2000**. Legislative recruitment and careers in eleven European countries. Oxford: Oxford University Press, p. 493–526, 2000.

DAHL, R. **Who governs?** Democracy and power in an American City. New Haven: Yale University Press, 1961.

DI MARTINO, M. A profissionalização do Legislativo: um modelo de análise comparada para o caso brasileiro. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, [S.l.], v. 4, n. 44, p. 11-30, 2010.

ELIASSEN, K.; PEDERSEN, M. Professionalization of legislatures: long-term change in political recruitment in Denmark and Norway. **Comparative Studies in Society and History**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 286–318, Abr. 1978. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/178050>. Acesso em: 31 de mai. 2022.

GABRIEL, G; PORTELA, P; BEFF, P.; SAINZ, N. Desafios metodológicos para a elaboração de um banco de dados em estudos de elites políticas: o caso dos “Cabeças” do Congresso. **Conversas & Controvérsias**, [S.l.], v. 9, n. 1, e42128, p. 1-11, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15448/2178-5694.2022.1.42128>.

GELMAN, A. The inevitable problems with statistical significance and 95% Intervals. **Statistical Modeling, Causal Inference, and Social Science**, [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://andrewgelman.com/2012/02/02/the-inevitable-problems-with-statistical-significance-and-95-intervals/>>.

GRAÇA, L.; SOUZA, C. Uso estratégico de eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 326–345, Dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203326>.

HARDLE, W.; SIMAR, L. **Applied Multivariate Statistical Analysis**. 2. ed. Berlin: Springer, 2007.

HENN, S. The further rise of the career politician. **British Politics**, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 524–553, Dez. 2018. DOI: 10.1057/s41293-017-0061-9.

HUNTER, F. **Community power structure: a study of decision makers**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1953.

JUN, U. Great Britain: from the prevalence of the amateur to the professional politician. In: BORCHERT, J.; ZEISS, J. (Ed.) **The political class in advanced democracies**. Oxford: Oxford University Press, p. 164-186, 2003.

KING, A. The rise of the career politician in Britain – and its consequences. **British Journal of Political Science**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 249–285, 1981.

KING, A. **Who governs Britain?** London: Penguin Books, 2015.

KING, J. Changes in professionalism in U.S. state legislatures. **Legislative Studies Quarterly**, Washington, v. 25, 2, p. 327–343, 2000.

LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, p.44-67, Mai. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762003000100002>.

LIMA, I. **Carreiras e ambição política em sistemas multinível: um estudo de caso da circulação política no Brasil (1995-2015)**. 2017. 112 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Brasília, 2017.

MELLORS, C. **The British MP: a socio-economic study of the House of Commons**. Dartmouth: Dartmouth Publishing Co, 1978.

MILLS, W. **The power elite**. New York: Oxford University Press, 1956.

OBORNE, P. **The triumph of the political class**. London: Simon and Schuster, 2007.

O'GRADY, T. Careerists versus coalminers: welfare reforms and the substantive representation of social groups in the British Labour Party. **Comparative Political Studies**, [S.l.], v. 52, n. 4, p. 1-35, 2018. DOI: 10.1177/0010414018784065.

PERISSINOTTO, R.; BOLOGNESI, B. Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2022, and 2006). **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 10-32, Jun. 2010.

POLSBY, N. The institutionalization of the U.S. House of Representatives. **The American Political Science Review**, [S.l.], v. 62, n. 1, p. 144-168, Mar. 1968. DOI: <https://doi.org/10.2307/1953331>.

RIDDELL, P. **Honest opportunism**: the rise of the career politician. London: Indigo, 1996.

ROSENTHAL, A. State legislative development: observations from three perspectives. **Legislative Studies Quarterly**, Washington, v. 21, n. 2, p. 169-198, Mai. 1996. DOI: 10.2307/440178.

SAINZ, N.; CODATO, A.; GABRIEL, G.; MIRANDA, M. O poder dos “Cabeças” do Congresso: a ambição política e as chances eleitorais dos premiados do DIAP. **E-Legis**, Brasília, v. 15, n. 37, p. 58-78, Jan./Abr. 2022. DOI: 10.51206/elegis.v15i37.749.

SANTOS, F. Recruitment and retention of legislators in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, Washington, v. 24, n. 2, p. 209–237, 1999.

SANTOS, F.; PEGURIER, F. Political careers in Brazil: long-term trends and cross-sectional variation. **Regional and Federal Studies**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 165-183, Mai. 2011. DOI: 10.1080/13597566.2011.529759.

SCHLESINGER, J. **Ambition and politics**: political careers in the United States. Chicago: Rand McNally, 1966.

SEARING, D. New roles for postwar British politics: ideologues, generalists, specialists, and the progress of professionalization in parliament. **Comparative Politics**, Nova Iorque, v. 19, n. 4, p. 431–452, Jul. 1987. DOI: [10.2307/421816](https://doi.org/10.2307/421816).

SQUIRE, P. Legislative professionalization and membership diversity in state legislatures. **Legislative Studies Quarterly**, Washington, v. 7, n. 1, p. 69–79, Fev. 1992. DOI: 10.2307/440081.

SQUIRE, P. Measuring state legislative professionalism: the Squire index revisited. **State Politics and Policy Quarterly**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 211–227, 2007. DOI: 10.1177/153244000700700208.

SQUIRE, P. A Squire index update. **State Politics and Policy Quarterly**, [S.l.], v. 17, n. 4, p. 361–371, Dez. 2017. DOI: 10.1177/1532440017713314.

WEBER, M. Politics as a vocation. *In*: GARTH, H.; MILLS, C. (Ed.) **Essays in Sociology**. New York: Macmillan, 1946 [1919], p. 26–45.

WEBER, M. The profession and vocation of politics. *In*: LASSMAN, P.; SPEIRS, R. (Ed.) **Weber: political writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 309-369.

OUTRAS FONTES

SIQUEIRA, C. Com mais deputados reeleitos e menos novatos, renovação da Câmara será de 39% **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 3 de out. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911393-com-mais-deputados-reeleitos-e-menos-novatos-renovacao-da-camara-sera-de-39/>. Acesso em: 25 de jan. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/send/9-os-cabecas-do-congresso-nacional/967-os-cabecas-do-congresso-nacional-ano-2020>. Acesso em: 23 de fev. 2023.

ANEXOS

ANEXO 1 – Curto *background* ocupacional: carreira pré-parlamentar

BACKGROUND PROFISSIONAL		
Ocupação predominante	Porcentagem (%)	Frequência
Ocupações políticas		
1. Assistente de membros do parlamento	0,6	3
2. Funcionário de partido	2,7	14
3. Pesquisador político	0,9	5
4. Conselheiro local em tempo integral	0,4	2
5. Lobbista/Consultor político	0,2	1
<i>Total</i>	4,8	25
Ocupações politicamente conscientes		
6. Sindicalistas	4,2	22
7. Relações Públicas/Publicidade	3,1	16
8. Jornalismo/Mídia	7,3	38
9. Advogado/Profissional do Direito	14,6	76
10. Professor	9,8	51
11. Funcionário Público/Setor de caridade	3,3	17
<i>Total</i>	42,3	220
Ocupações não políticas		
12. Corporação (Diretor/Executivo)	3,6	19
13. Pequenas empresas (Proprietário/Gerente)	13	68
14. Diretor não executivo da empresa	0	0
15. Corretor/Banqueiro	1,7	9
16. Médico	1,5	8
17. Arquiteto/engenheiro civil piloto	0,4	2
18. Ator	0,2	1
19. Contador/ Corretor de Seguros	2,7	14
20. Cientista industrial/ consultor de negócios	1,1	6
21. Engenheiro	4,8	25
22. Operário/Minerador/Moderador de navio	3,6	19
23. Trabalhador qualificado/ Artesanal	3,8	20
24. Empregado/Trabalhador comercial/ Enfermeiro	6,1	32
25. Carreira Militar	1,7	9
26. Agricultor/proprietário de terras	3,4	18
27. Aristocrata	3,6	19
28. Cônjuge de não-político	0,8	4
29. Clero	0,2	1
<i>Total</i>	52,2	274
30. Nenhuma	0,2	1
<i>Total</i>	100	521

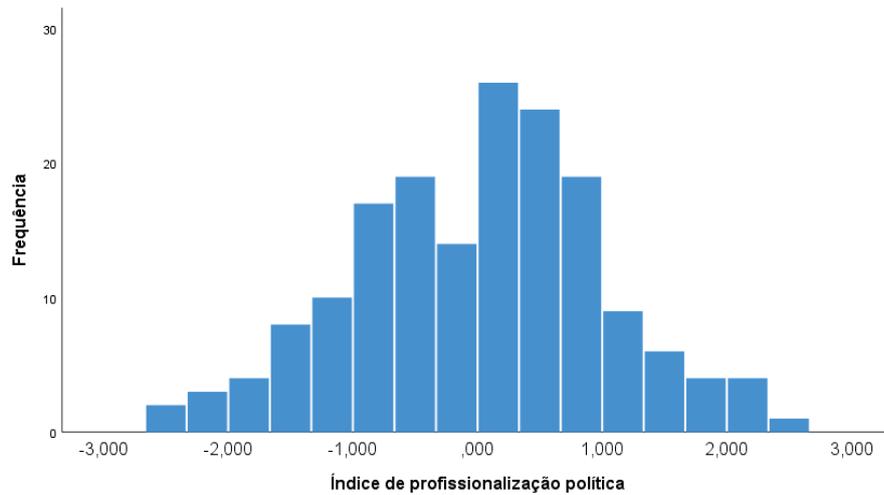
FONTE: Allen *et al.* (2020, p. 8).

ANEXO 2 – Descritivo da dimensão de ambição política dos premiados e não premiados

AMBIÇÃO POLÍTICA								
ESCOLHA DE CARREIRA								
Tipo de ambição	Frequência (%) dos premiados				Frequência (%) dos não premiados			
	2016	2018	2020	2022	2016	2018	2020	2022
Progressiva*	8 (9,31%)	17 (19,76%)	3 (3,49%)	9 (10,47%)	6 (7,14%)	5 (5,96%)	4 (4,76%)	5 (5,96%)
Regressiva**	4 (4,65%)	2 (2,32%)	8 (9,3%)	3 (3,49%)	5 (5,96%)	3 (3,57%)	8 (9,52%)	6 (7,14%)
Estática***		61 (70,94%)		49 (56,98%)		61 (72,61%)		34 (40,47%)
Discreta****	74 (86,04%)	6 (6,98%)	75 (87,21%)	25 (29,06%)	73 (86,9%)	15 (17,86%)	72 (85,72%)	39 (46,43%)
Total	86 (100%)	86 (100%)	86 (100%)	86 (100%)	84 (100%)	84 (100%)	84 (100%)	84 (100%)
SUCESSO ELEITORAL								
Eleitos por tipo de ambição	Frequência (%) dos premiados				Frequência (%) dos não premiados			
	2016	2018	2020	2022	2016	2018	2020	2022
Progressiva	0	4 (23,53%)	0	2 (22,2%)	0	1 (20%)	1 (25%)	0
Regressiva	1 (25%)	2 (100%)	3 (37,5%)	1 (33,3%)	2 (40%)	0	5 (62,5%)	1 (16,6%)
Estática		45 (73,8%)		31 (63,2%)		34 (55,7%)		23 (67,6%)

FONTE: a autora (2023).

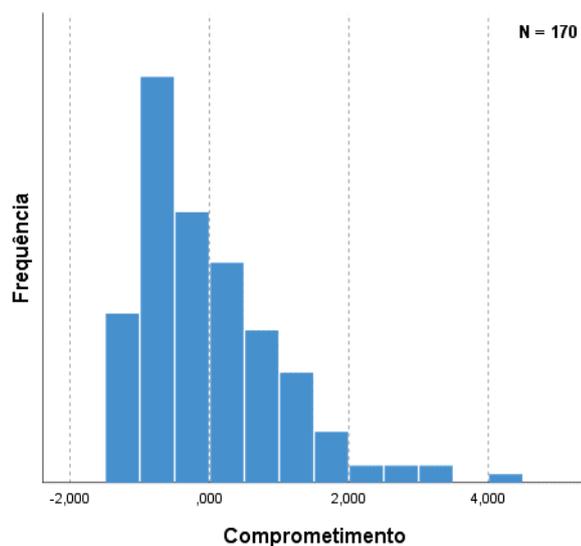
ANEXO 3 – Histograma da distribuição dos parlamentares ao longo do índice de profissionalização política



NOTA: O histograma ilustra graficamente a distribuição dos parlamentares ao longo do índice de profissionalização política. Os agrupamentos mais altos das barras, ou seus picos, representam o número de casos (eixo y) distribuídos nos intervalos da escala de carreirismo (eixo x). A média dos índices pode ser identificada pelo centro da distribuição enquanto os demais valores se espalham em seu entorno. Isso significa que a distribuição dos casos acontece de forma simétrica, ou seja, a natureza da distribuição indica normalidade, o que fica confirmado com o valor do teste de Kolmogorov-Smirnov, onde $p > 0,05$ significa normalidade da distribuição. P-valor = 0.200*.

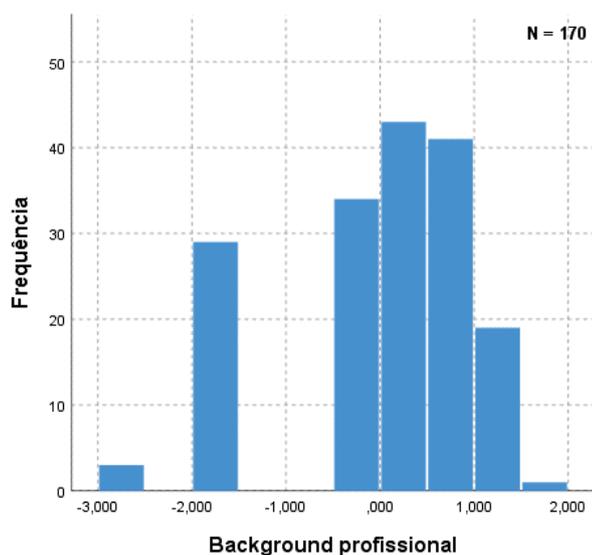
FONTE: a autora (2023).

ANEXO 4 – Histograma da distribuição dos parlamentares na dimensão de comprometimento com a atividade política



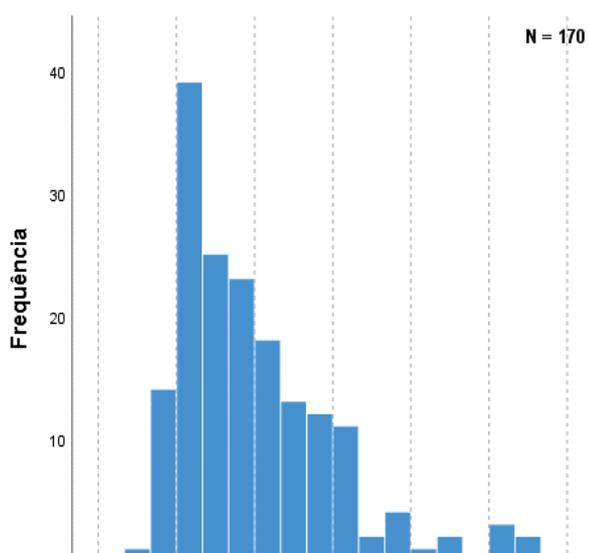
FONTE: a autora (2023).

ANEXO 5 – Histograma da distribuição dos parlamentares na dimensão de *background* profissional



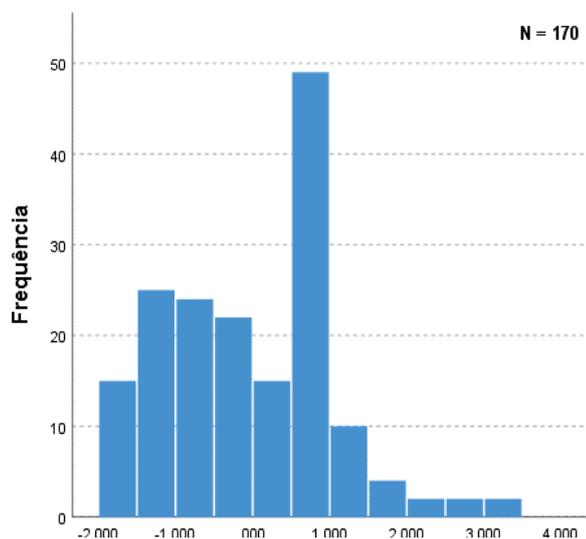
FONTE: a autora (2023).

ANEXO 6 – Histograma da distribuição dos parlamentares na dimensão da experiência de vida



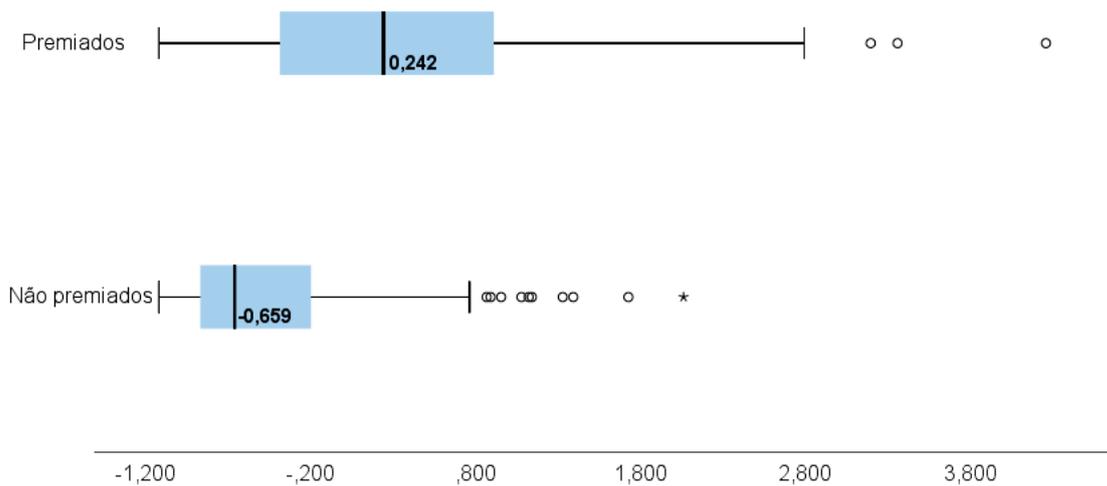
FONTE: a autora (2023).

ANEXO 7 – Histograma da distribuição dos parlamentares na dimensão da ambição política



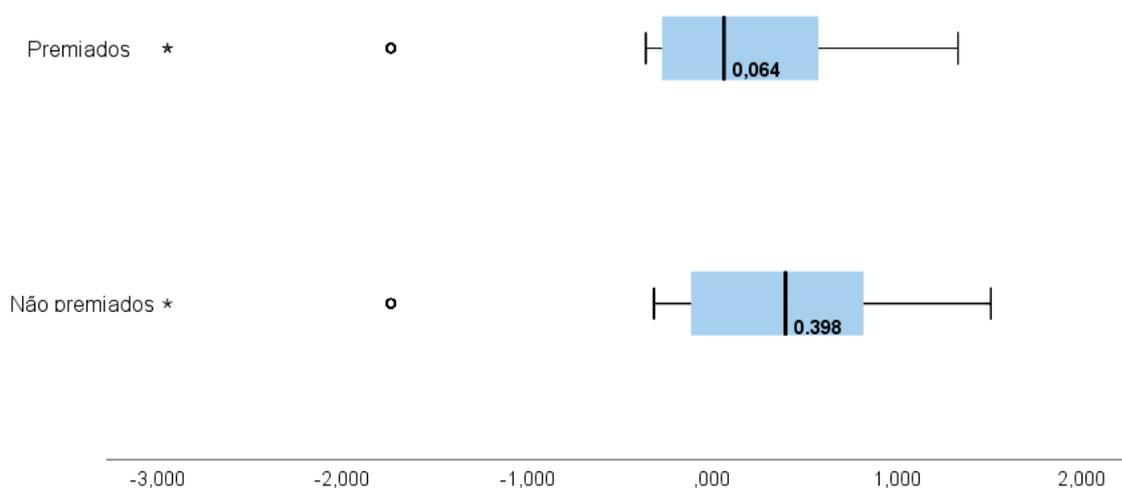
FONTE: a autora (2023).

ANEXO 8 – Comparação entre a profissionalização de não premiados e premiados na dimensão de comprometimento



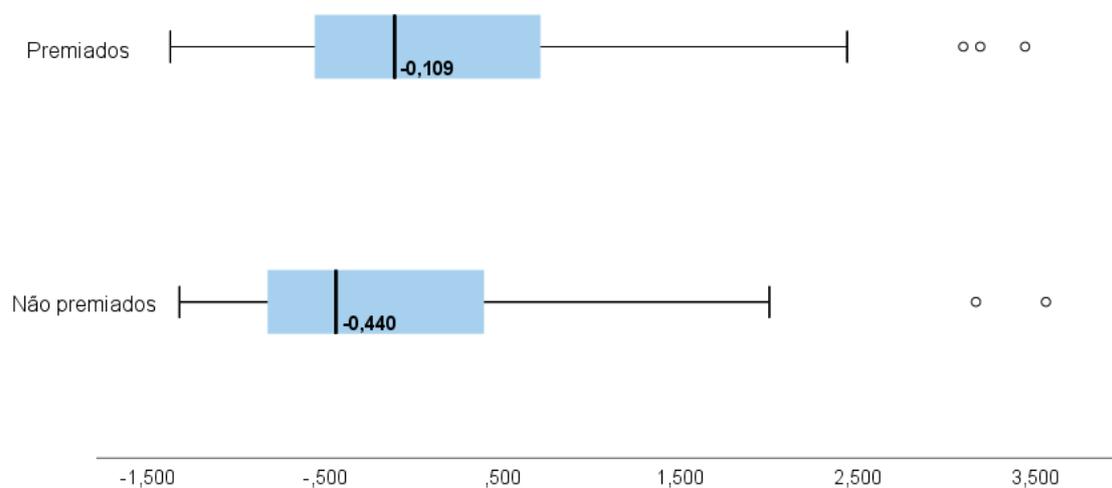
FONTE: a autora (2023).

ANEXO 9 – Comparação entre a profissionalização de não premiados e premiados na dimensão de *background* profissional



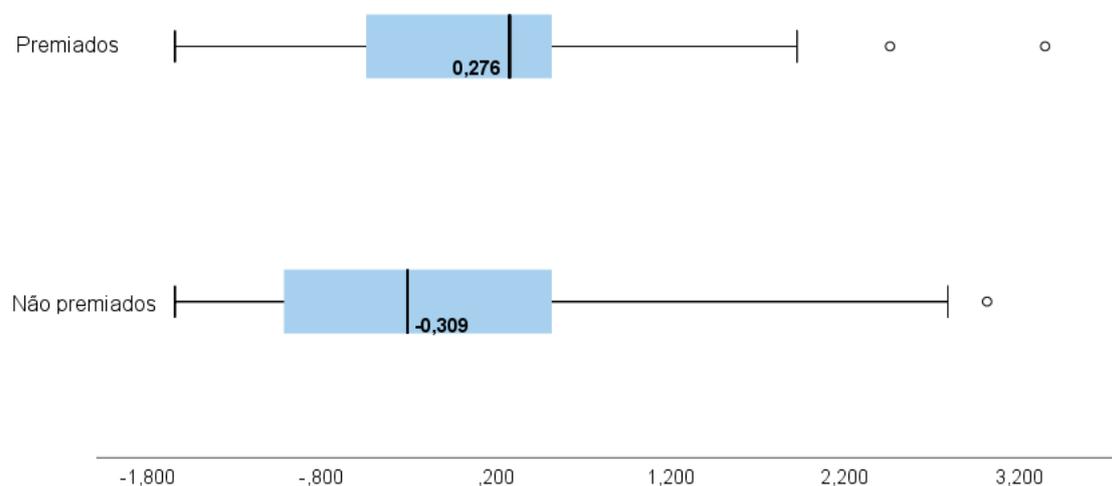
FONTE: a autora (2023).

ANEXO 10 – Comparação entre a profissionalização de não premiados e premiados na dimensão da experiência de vida



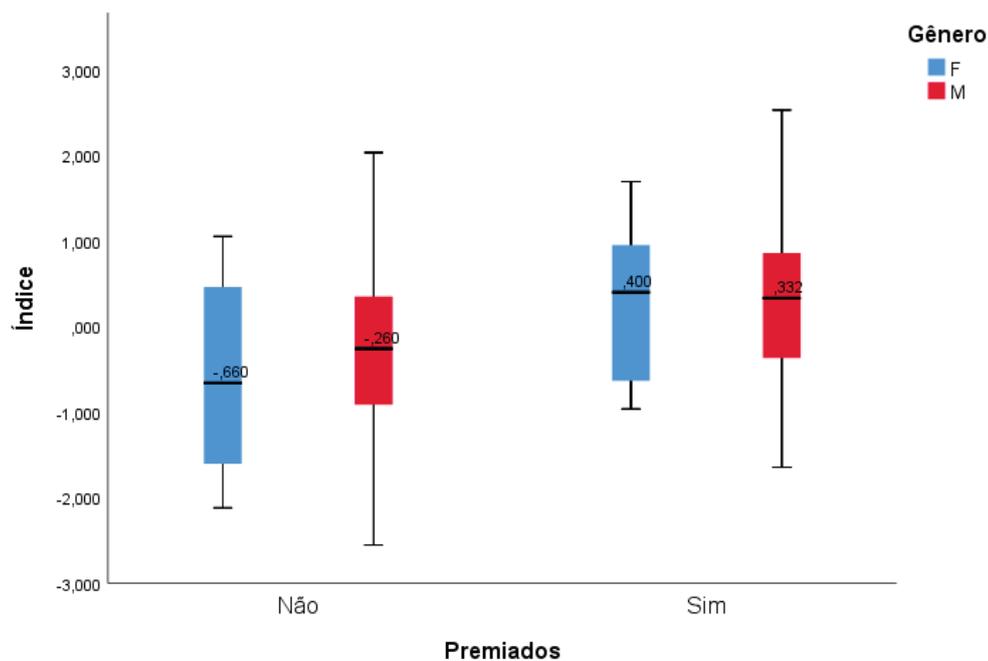
FONTE: a autora (2023).

ANEXO 11 – Comparação entre a profissionalização de não premiados e premiados na dimensão da ambição política



FONTE: a autora (2023).

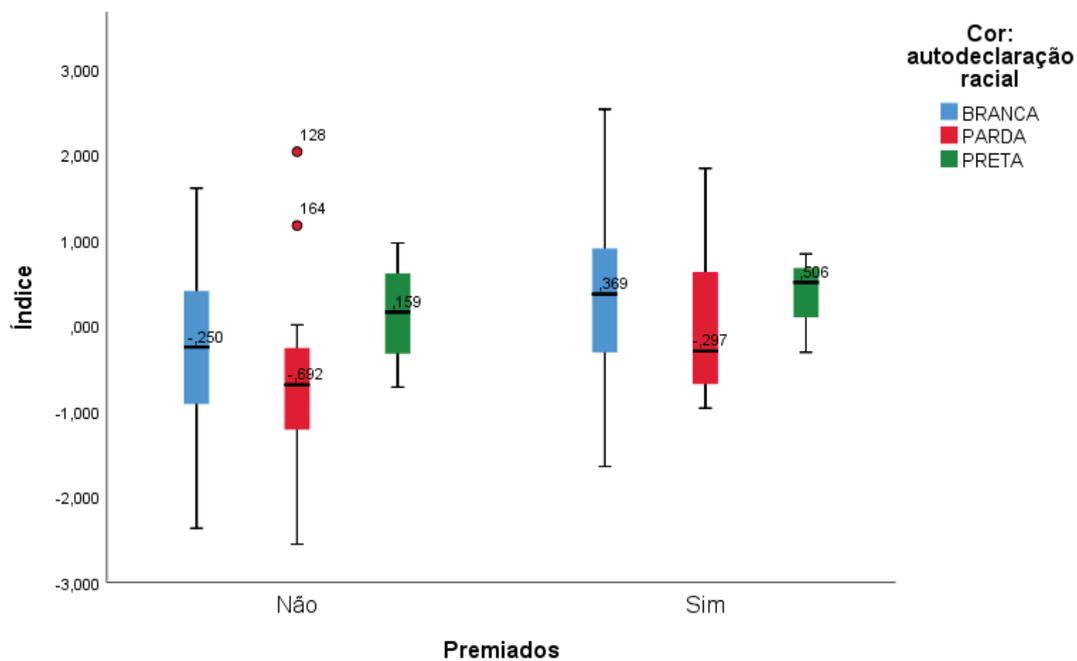
ANEXO 12 - Comparação entre a profissionalização política de não premiados e premiados com recorte de gênero (masculino e feminino)



NOTA: teste de U Mann-Whitney de comparação de médias indica que não há diferença entre os grupos ($p > 0,05$). P-valor: 0,526

FONTE: a autora (2023).

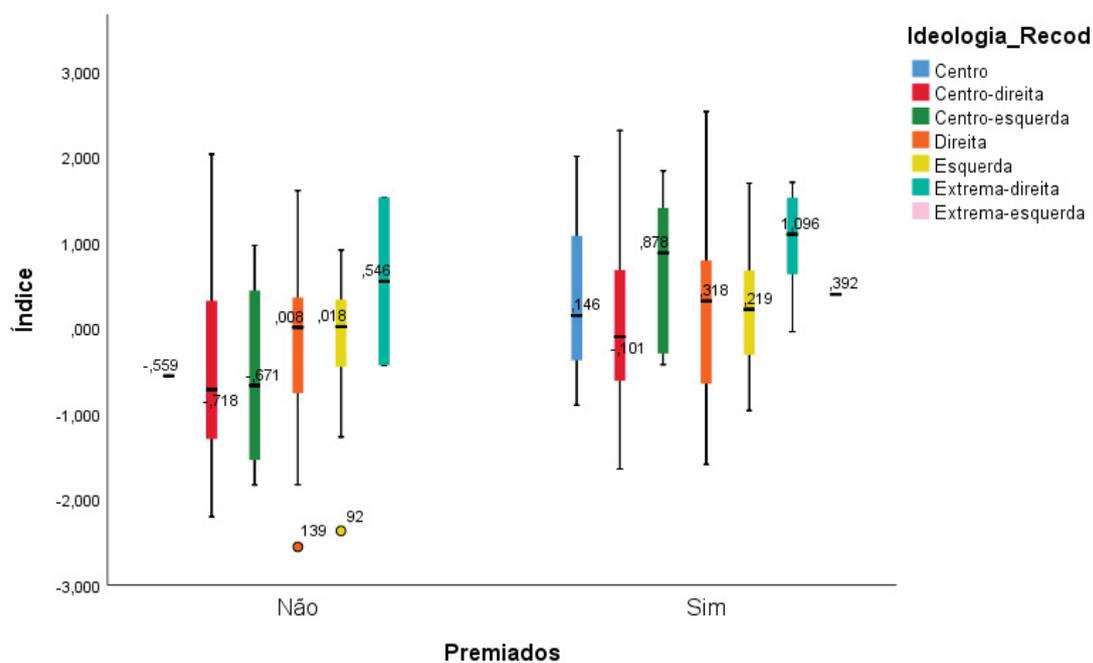
ANEXO 13 - Comparação entre a profissionalização política de não premiados e premiados com recorte de cor (branca, parda e preta)



NOTA: teste Kruskal-Wallis de comparação de médias indica que não há diferença entre os grupos ($p > 0,05$). P-valor: 0,212.

FONTE: a autora (2023).

ANEXO 14 - Comparação entre a profissionalização política de não premiados e premiados com recorte de ideologia partidária (extrema-direita, direita, centro-direita, centro, centro-esquerda, esquerda, extrema-esquerda)



NOTA: teste Kruskal-Wallis de comparação de médias indica que não há diferença entre os grupos ($p > 0,05$). P-valor: 0,066.

FONTE: a autora (2023).

Anexo 15 - Lista das profissões e partido político dos deputados federais premiados e não premiados pelo DIAP

Nome	Partido	Premiado	Ocupação	Ocupação_Classificada
Aelton Jose De Freitas	PR	Sim	Empresário, Engenheiro, Agricultor	média
Afonso Bandeira Florence	PT	Sim	Servidor público, Professor	alta
Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro	PP	Sim	Administrador	média
Alessandro Lucciola Molon	PT	Sim	Advogado, Professor	alta
Alex Canziani Silveira	PTB	Sim	Escriturário	baixa
Alexandre Baldy De Sant'anna Braga	PSDB	Sim	Empresário	média
Alice Mazzuco Portugal	PC do B	Sim	Farmacêutica, Química	baixa
Andre Luis Dantas Ferreira	PSC	Sim	Gestor público	alta
Andre Peixoto Figueiredo Lima	PDT	Sim	Empresário, Economista, Advogado	alta
Arlindo Chignalia Junior	PT	Sim	Médico	alta
Arnaldo Faria De As	PTB	Sim	Advogado, Professor, Contador, Comunicador	alta
Arthur Cesar Pereira De Lira	PP	Sim	Empresário, Advogado, Agropecuarista	alta
Arthur De Oliveira Maia Da Silva	SD	Sim	Advogado	alta
Bruno Cavalcanti De Araujo	PSDB	Sim	Advogado	alta
Carlos Alberto Rolim Zarattini	PT	Sim	Economista	média
Carlos Eduardo Xavier Marun	PMDB	Sim	Advogado, Engenheiro	alta
Carlos Henrique Focesi Sampaio	PSDB	Sim	Promotor de justiça	alta
Celso Ubirajara Russomanno	PRB	Sim	Comunicador, Jornalista	alta
Daniel Elias Carvalho Vilela	PMDB	Sim	Advogado	alta
Daniel Gomes De Almeida	PC do B	Sim	Profissional técnico; sindicalista	alta
Darcisio Paulo Perondi	PMDB	Sim	Médico	alta
Domingos Savio Campos Resende	PSDB	Sim	Médico veterinário	média
Eduardo Cosentino Da Cunha	PMDB	Sim	Economista	média
Eduardo Henrique Da Fonte De Albuquerque Silva	PP	Sim	Empresário	média
Efraim De Araujo Morais Filho	DEM	Sim	Advogado	alta

Erika Juca Kokay	PT	Sim	Bancária; sindicalista	alta
Esperidiao Amin Helou Filho	PP	Sim	Advogado, Professor, Administrador	alta
Fabio Augusto Ramalho Dos Santos	PV	Sim	Empresário	média
Fernando Bezerra De Souza Coelho Filho	PSB	Sim	Administrador	alta
Francisco Rodrigues De Alencar Filho	PSOL	Sim	Escritor, Professor; sindicalista	alta
Francisco Tadeu Barbosa De Alencar	PSB	Sim	Procurador de justiça	alta
Glauber De Medeiros Braga	PSB	Sim	Advogado	alta
Henrique Fontana Junior	PT	Sim	Administrador, Médico	alta
Heracito De Sousa Fortes	PSB	Sim	Servidor público	alta
Ivan Valente	PSOL	Sim	Engenheiro, Professor	alta
Jandira Feghali	PC do B	Sim	Médica, Música	alta
Jarbas De Andrade Vasconcelos	PMDB	Sim	Advogado, Servidor público	alta
Joao Campos De Araujo	PSDB	Sim	Delegado de polícia	alta
Jorge Jose Santos Pereira Solla	PT	Sim	Médico	alta
Jose Alves Rocha	PR	Sim	Médico	alta
Jose Carlos Aleluia Costa	DEM	Sim	Professor, Engenheiro	alta
Jose Mendonca Bezerra Filho	DEM	Sim	Administrador	alta
Jose Nobre Guimaraes	PT	Sim	Advogado	alta
Jose Ricardo Alvarenga Tripoli	PSDB	Sim	Advogado	alta
Jose Sarney Filho	PV	Sim	Advogado	alta
Jovair Oliveira Arantes	PTB	Sim	Dentista	média
Julio Cesar Delgado	PSB	Sim	Advogado	alta
Julio Luiz Baptista Lopes	PP	Sim	Administrador, Professor	alta
Laercio Jose De Oliveira	SD	Sim	Administrador	alta
Leonardo Carneiro Monteiro Picciani	PMDB	Sim	Agropecuaria	alta
Lincoln Diniz Portela	PR	Sim	Comunicador	alta
Luciana Barbosa De Oliveira Santos	PC do B	Sim	Engenheiro	média
Lucio Quadros Vieira Lima	PMDB	Sim	Agricultor, Engenheiro, Pecuarista	média
Luiz Carlos Jorge Haully	PSDB	Sim	Economista, Professor	alta

Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi	PMDB	Sim	Empresário	alta
Luiz Paulo Teixeira Ferreira	PT	Sim	Advogado	alta
Luiza Erundina De Sousa	PSB	Sim	Assistente social	alta
Manoel Alves Da Silva Junior	PMDB	Sim	Médico	alta
Marco Aurelio Spall Maia	PT	Sim	Metalúrgico, Industriário, Torneiro mecânico; sindicalista	alta
Marcos Montes Cordeiro	PSD	Sim	Médico, Professor	alta
Marcus Vinicius Caetano Pestana Da Silva	PSDB	Sim	Economista, Professor	média
Maria Do Rosario Nunes	PT	Sim	Professor	alta
Maurício Quintella Malta Lessa	PR	Sim	Servidor público; técnico do judiciário	alta
Miro Teixeira	PROS	Sim	Advogado, Jornalista	alta
Nilson Aparecido Leitao	PSDB	Sim	Profissional técnico	alta
Onyx Dornelles Lorenzoni	DEM	Sim	Empresário, Médico veterinário	alta
Orlando Silva De Jesus Junior	PC do B	Sim	Cientista social	alta
Pauderney Tomaz Avelino	DEM	Sim	Engenheiro, Professor	alta
Paulo Abi-ackel	PSDB	Sim	Advogado	alta
Paulo Pereira Da Silva	SD	Sim	Administrador, Sindicalista, Metalúrgico	alta
Paulo Roberto Foletto	PSB	Sim	Médico	alta
Paulo Roberto Severo Pimenta	PT	Sim	Jornalista, Profissional técnico	alta
Ricardo Jose Magalhaes Barros	PP	Sim	Engenheiro, Empresário	alta
Rodrigo Felinto Ibarra Eptacio Maia	DEM	Sim	Bancário	alta
Rodrigo Garcia	DEM	Sim	Advogado, Empresário	alta
Rodrigo Otavio Soares Pacheco	PMDB	Sim	Advogado	alta
Rogério Schumann Rosso	PSD	Sim	Advogado, Músico	alta
Rubens Bueno	PPS	Sim	Professor	alta
Sebastiao Siba Machado Oliveira	PT	Sim	Geógrafo; sindicalista	alta
Silvio Serafim Costa	PSC	Sim	Empresário	média
Vicente Candido Da Silva	PT	Sim	Advogado, Comerciante	alta
Vicente Paulo Da Silva	PT	Sim	Advogado, Metalúrgico	alta
Wadih Damous	PT	Sim	Advogado, Sindicalista	alta

Wellington Coimbra	PMDB	Sim	Médico	alta
Weverton Rocha Marques De Sousa	PDT	Sim	Administrador	média
Wolney Queiroz Maciel	PDT	Sim	Administrador, Empresário	alta
Abel Salvador Mesquita Junior	PDT	Não	Empresário	média
Adelson Barreto Dos Santos	PTB	Não	Jornalista, Comunicador	alta
Alexandre Augustus Serfiotis	PSD	Não	Médico	alta
Alexandre Leite Da Silva	DEM	Não	Empresário	alta
Ana Lucia Lippaus Perugini	PT	Não	Advogado	alta
Andres Navarro Sanchez	PT	Não	Administrador	alta
Antonio Floriano Pereira Pesaro	PSDB	Não	Sociólogo	média
Antonio Jacome De Lima Junior	PMN	Não	Médico, Advogado, Teólogo	média
Antonio Jose Imbassahy Da Silva	PSDB	Não	Engenheiro	alta
Antonio Pedro Indio Da Costa	PSD	Não	Advogado	alta
Benito Da Gama Santos	PTB	Não	Economista, Professor	alta
Carlos Felipe Vazquez De Souza Leao	PP	Não	Administrador	alta
Carlos Humberto Mannato	SD	Não	Médico	alta
Celso Pansera	PMDB	Não	Professor	alta
Cesar Antonio De Souza	PSD	Não	Comunicador, Empresário	alta
Cesar Hanna Halum	PRB	Não	Médico veterinário	alta
Cieber Verde Cordeiro Mendes	PRB	Não	Professor, Advogado, Servidor público, Vendedor, Escritor	alta
Dagoberto Nogueira Filho	PDT	Não	Administrador, Advogado	alta
Damiao Feliciano Da Silva	PDT	Não	Empresário, Médico, Comunicador	alta
Damina De Carvalho Pereira	PMN	Não	Filósofa	média
Dilceu Joao Sperafico	PP	Não	Empresário, Filósofo, Agropecuarista, Advogado	alta
Dimas Fabiano Toledo Junior	PP	Não	Empresário; advogado	alta
Eduardo Luiz Barros Barbosa	PSDB	Não	Médico	alta
Eduardo Nantes Bolsonaro	PSC	Não	Advogado, Policial	alta
Elicione Therezinha Zehluth Barbalho	PMDB	Não	Pedagoga, secretária da SEDUC	alta
Elvino Jose Bohn Gass	PT	Não	Professor, Agricultor	alta
Erivelton Lima Santana	PSC	Não	Assessor, Auxiliar administrativo, pastor	alta

Evandro Herrera Bertone Gussi	PV	Não	Advogado, Professor	alta
Fabio Cruz Mitidieri	PSD	Não	Administrador, Empresário	média
Fausto Ruy Pinato	PRB	Não	Advogado	alta
Felipe Catalao Maia	DEM	Não	Advogado	alta
Fernando Antonio Ceciliano Jordao	PMDB	Não	Engenheiro, Comerciante, Empresário	alta
Flaviano Flavio Baptista De Melo	PMDB	Não	Engenheiro	alta
Francisco Danilo Bastos Forte	PMDB	Não	Advogado, Engenheiro	alta
Francisco Jose D Angelo Pinto	PT	Não	Médico	alta
Geraldo Resende Pereira	PMDB	Não	Profissional gráfico, Médico	alta
Herculano Castilho Passos Junior	PSD	Não	Empresário	alta
Heuler Abreu Cruvinel	PSD	Não	Agrônomo, secretário municipal de habitação	alta
Hidekazu Takayama	PSC	Não	Empresário, Professor, Pastor	alta
Iracema Maria Portella Nunes Nogueira Lima	PP	Não	Empresário, Professor	média
Izalci Lucas Ferreira	PSDB	Não	Contador, Professor, sindicalista	alta
Joao Henrique Holanda Caldas	SD	Não	Advogado	alta
Jose Adail Carneiro Silva	PHS	Não	Empresário	média
Jose Carlos Becker De Oliveira E Silva	PT	Não	Empresário	alta
Jose Carlos Leao De Araujo	PSD	Não	Comunicador, Administrador	alta
Jose Leonidas De Menezes Cristino	PROS	Não	Engenheiro, ministro-chefe da Secretaria Nacional de Porto	alta
Jose Nunes Soares	PSD	Não	Empresário	alta
Jose Otavio Germano	PP	Não	Professor, Advogado	alta
Joziane Araujo Nascimento Rocha	PTB	Não	Empresário	alta
Julia Maria Godinho Da Cruz Marinho	PSC	Não	Administrador, pedagogia	média
Laudivio Alvarenga Carvalho	PMDB	Não	Jornalista	alta
Luciano Ducci	PSB	Não	Médico	alta
Luiz Claudio Pereira Alves	PR	Não	Profissional técnico, Professor	baixa
Luiz Sergio Nobrega De Oliveira	PT	Não	Projetista naval, sindicalista	alta
Luizianne De Oliveira Lins	PT	Não	Jornalista, Professor	alta
Marcelo Viviani Goncalves	PDT	Não	Empresário	média
Marcio Luiz Alvino De Souza	PR	Não	Administrador	média

Marco Antonio Tebaldi	PSDB	Não	Servidor público, Engenheiro	média
Marcos Jose Reategui Souza	PSC	Não	Procurador de justiça, Delegado de polícia	alta
Marcus Antonio Vicente	PP	Não	Advogado, Representante comercial, Consultor, Engraxate, Gestor público, Profissional gráfico, Jornaleiro, Vendedor, Secretário	alta
Marinaldo Rosendo De Albuquerque	PSB	Não	Empresário	média
Mauro Mariani	PMDB	Não	Administrador	alta
Miguel Moubadda Haddad	PSDB	Não	Advogado	alta
Nilto Ignacio Tatto	PT	Não	Administrador	média
Nilton Balbino	PTB	Não	Empresário	média
Odelmo Leao Carneiro Sobrinho	PP	Não	Bancário, Agropecuarista	alta
Osmar Gasparini Terra	PMDB	Não	Médico	alta
Osmar Jose Serraglio	PMDB	Não	Advogado, Professor	alta
Paulo Fernando Dos Santos	PT	Não	Eletricista, sindicalista	alta
Raimundo Angelim Vasconcelos	PT	Não	Economista	alta
Renata Hellmeister De Abreu	PTN	Não	Empresário, Advogado	alta
Roberto Salame Filho	PROS	Não	Advogado	alta
Rodrigo Rodrigues De Souza Martins	PSB	Não	Dentista	média
Rubens Pereira E Silva Junior	PC do B	Não	Advogado	alta
Samuel Moreira Da Silva Junior	PSDB	Não	Engenheiro	alta
Sergio Zveiter	PSD	Não	Advogado	alta
Stefano Aguiar Dos Santos	PSB	Não	Administrador, pastor	alta
Uldurico Alencar Pinto	PTC	Não	Estudante	alta
Valdir Luiz Rossoni	PSDB	Não	Empresário	alta
Valmir Carlos Da Assuncao	PT	Não	Agricultor, 94íder de movimento social	alta
Vander Luiz Dos Santos Loubet	PT	Não	Bancário, Servidor público	alta
Waldir Maranhao Cardoso	PP	Não	Médico veterinário, reitor	alta
Waldir Soares De Oliveira	PSDB	Não	Delegado de polícia	alta
Wladimir Afonso Da Costa Rabelo	SD	Não	Empresário, Comunicador, Músico	alta

Fonte: a autora (2023).